

FLÁVIO K. MÁLAGA

ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS E DA PERFORMANCE EMPRESARIAL

PARA EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS

3ª EDIÇÃO

ANEXOS



Saint Paul
Editora

Flávio K. Málaga

Análise de demonstrativos financeiros e da performance empresarial

Para empresas não financeiras

3.^a edição



Saint Paul
Editora

© 2017, Saint Paul Editora Ltda.
3.ª edição, 2017

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (Lei n. 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Coordenação editorial: José Cláudio Securato
Supervisora de produção editorial: Deise Anne Rodrigues
Analista editorial: Bárbara Piloto Sincerre
Revisão: Luciano Rigobelo
Diagramação: HiDesign Estúdio
Capa: Karina Tenório
Imagem da capa: Pixabay

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Málaga, Flávio Kezam

Análise de demonstrativos financeiros e da performance empresarial:
para empresas não financeiras / Flávio K. Málaga. – 3. ed. – São Paulo :
Saint Paul Editora, 2017.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8004-132-3

1. Balanço financeiro 2. Empresas - Contabilidade I. Título.

17-06867

CDD-657.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Análise de demonstrativos financeiro:
Contabilidade: Administração de empresas
657.3

Edição revisada conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Saint Paul Editora Ltda.
R. Pamplona, n. 1616, portão 3, Jardim Paulista | São Paulo, SP | Brasil | CEP 01405-002
www.saintpaul.com.br | editora@saintpaul.com.br
Saint Paul Editora Ltda. é uma empresa do Grupo Saint Paul Institute of Finance S. P. Ltda.

SUMÁRIO

ANEXO A

Alterações propostas pela Lei n. 11.638/2007 e os novos pronunciamentos contábeis	304
---	-----

ANEXO B

Parecer econômico-financeiro da Duratex SA	308
--	-----

ANEXO C

Roteiro para análise da <i>performance</i> das empresas e construção do parecer financeiro – critérios a observar	312
---	-----

ANEXO D

Duratex SA Notas explicativas selecionadas	316
--	-----

ANEXO E

Demonstrações financeiras selecionadas do Grupo Ultra	347
---	-----

ANEXO A

Alterações propostas pela Lei
n. 11.638/2007 e os novos
pronunciamentos contábeis

Entre os objetivos das alterações na Lei n. 6.404/76, implementados pela Lei n. 11.638/2007, incluem-se:

- Aumentar a transparência e a qualidade das informações contábeis.
- Harmonizar os princípios contábeis brasileiros com as práticas contábeis internacionais – International Accounting Standards Board (IASB).
- Facilitar a interpretação e a aceitação das informações contábeis brasileiras.
- Reduzir o ruído provocado pela diferença entre os princípios contábeis brasileiros e internacionais.

A.1 Os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC

A adequação total às práticas internacionais depende ainda de pronunciamentos e instruções da CVM, do Banco Central e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Entretanto, 49 pronunciamentos contábeis já foram emitidos e estão em vigor (já adotados pelas sociedades anônimas). A tabela a seguir apresenta estes pronunciamentos. Nota-se que o número de notas explicativas publicadas pelas empresas e a magnitude delas aumentou significativamente desde a implantação dos novos pronunciamentos, refletindo justamente a demanda por mais transparência e informação sobre os números publicados. Por outro lado, esta maior quantidade de informação também impõe uma maior exigência sobre o analista, que deve demonstrar conhecimento dos princípios contábeis, das demonstrações financeiras e de análise econômico-financeira.

A.1.1 Impacto fiscal da Lei n. 11.638/2007

A.1.1.1 O regime tributário de transição (RTT) e as normas internacionais de contabilidade

O Regime Tributário de Transição (RTT), que foi instituído pela Receita Federal do Brasil (RFB) através da Lei n. 11.941/2009, separou a contabilidade para fins informacionais, societários e de divulgação para credores, investidores, sindicatos, entre outros, da contabilidade para fins tributários. Ou seja, ele permitia que a contabilidade avançasse

em direção às normas internacionais, sem que isso prejudicasse a arrecadação da RFB ou onerasse ou privilegiasse tributariamente as empresas que se enquadravam sob a nova legislação.

Dessa forma, as empresas estavam autorizadas a lançar no Lalur todos os ajustes decorrentes das alterações contábeis trazidas pela Lei n. 11.638/2007, pela Medida Provisória n. 449/2008 e por todas as normas contábeis introduzidas em convergência às normas internacionais de contabilidade.

Entretanto, a Lei n. 12.973, de 13 de maio de 2014, revogou o RTT e, portanto, a neutralidade tributária vigente na adoção e implementação das novas normas contábeis. Esta lei detalha como as companhias locais devem estimar a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), tendo como ponto de partida o lucro societário apurado conforme o IFRS.

CPC número	Nome	Conta contábil impactada
CPC 1	Redução ao valor recuperável de ativos	Investimento, imobilizado e intangível
CPC 2	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ativos e passivos monetários, investimentos no exterior, entre outros.
CPC 3	Demonstração de fluxos de caixa	DFC
CPC 4	Ativo intangível	Intangível
CPC 5	Divulgação sobre partes relacionadas	Investimento (ANC)
CPC 6	Operações de arrendamento mercantil	Imobilizado, PC, ELP e DRE
CPC 7	Subvenção e assistência governamentais	PL, PC, ELP e DRE
CPC 8	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	PL, PC, ELP e DRE
CPC 9	Demonstração do valor adicionado	DVA
CPC 10	Pagamento baseado em ações	PL e DRE
CPC 11	Contratos de seguro	N/A
CPC 12	Ajuste a valor presente	RPL e ELP
CPC 13	Adoção inicial da Lei n. 11.638/2007 e da medida provisória n. 449/2008	Diversos
CPC 14	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação	Substituído por CPC 38 a 40
CPC 15	Combinação de negócios	Investimento (ANC)
CPC 16	Estoques	Estoques
CPC 17	Contratos de construção	N/A
CPC 18	Investimento em coligada e em controlada	Investimento (ANC)
CPC 19	Investimento em empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)	Investimento (ANC)
CPC 20	Custos de empréstimos	PCF e ELPF
CPC 21	Demonstração intermediária	Investimento (ANC)
CPC 22	Informações por segmento	Investimento (ANC)

(continua)

CPC número	Nome	Conta contábil impactada
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	
CPC 24	Evento subsequente	
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Balço e DRE
CPC 26	Apresentação das demonstrações contábeis	
CPC 27	Ativo imobilizado	Imobilizado
CPC 28	Propriedade para investimento	Imobilizado
CPC 29	Ativo biológico e produto agrícola	ANC
CPC 30	Receitas	Receitas
CPC 31	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada	AC
CPC 32	Tributos sobre o lucro	DRE
CPC 33	Benefícios a empregados	DRE
CPC 34		
CPC 35	Demonstrações separadas	Investimento (ANC)
CPC 36	Demonstrações consolidadas	Investimento (ANC)
CPC 37	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	
CPC 38	Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	Ativos e passivos financeiros
CPC 39	Instrumentos financeiros: apresentação	Ativos e passivos financeiros
CPC 40	Instrumentos financeiros: evidenciação	Ativos e passivos financeiros
CPC 41	Resultado por ação	
CPC 42	Contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária	
CPC 43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41	
CPC 44	Demonstrações combinadas	Ativos, passivos e DRE
CPC 45	Divulgação de participação em outras entidades	Ativos e DRE
CPC 46	Mensuração a valor justo	
CPC 47	Receita de contrato com cliente	DRE
CPC 48	Instrumentos financeiros	Ativos e passivos financeiros e DRE
CPC PME	Contabilidade para pequenas e médias empresas	

ANEXO B

Parecer econômico-financeiro da
Duratex SA

B.1 Análise das decisões de investimento

- Empresa de grande porte, com investimentos em 31/12/2015 de aproximadamente R\$ 9 bilhões e do setor de louças, cerâmica, metais e aglomerados de madeira.
- Investimentos coerentes com a atividade da empresa, intensiva em capital. Os investimentos estão concentrados principalmente em ativos operacionais, incluindo no contas a receber, nos estoques, em ativos biológicos e no imobilizado.
- Não há ativos relevantes de liquidez questionável. Excluindo-se os ativos biológicos, o realizável a longo prazo representa apenas 5,4% do ativo total ao final de 2015.
- Não há mudança aparente nas estratégias de investimento de 2014 para 2015. A distribuição percentual dos investimentos sofreu alteração pouco expressiva.
- Em 2015 não houve investimento relevante na infraestrutura da empresa (em participações, em imobilizados e em intangíveis). A evolução do imobilizado líquido foi de R\$ 43 milhões, ou de 1,2% de 2014 para 2015. Os ativos totais evoluíram 2,4% neste período.

B.2 Análise das decisões de financiamento

- Terminou o ano de 2015 com praticamente a mesma proporção de capital próprio e de terceiros.
- Aumento pouco expressivo no endividamento líquido financeiro em 2015, comparativamente a 2014.
- Ativos circulantes superiores aos passivos circulantes. Capital de giro líquido de magnitude elevada, em crescimento e ativos de curto prazo de baixo risco (alta liquidez, relacionados à operação e não perecíveis).

B.3 Análise dos resultados e da qualidade das decisões de investimento e de financiamento

- Lucro líquido caiu 51% de 2014 para 2015.
- Rentabilidade patrimonial caiu de 8,7% a.a., em 2014, para 4,16% a.a., em 2015.
- Receitas estáveis.
- Margem operacional caiu 7,4 pontos em 2015, queda direcionada pela menor contribuição da variação no valor justo dos ativos biológicos, e pelo aumento relativo das despesas com vendas e administrativas.
- Queda da margem líquida de 9,9% para 4,8%, direcionado pela queda da margem operacional.
- Empresa geradora de caixa operacional em 2014 e 2015, com queda tênue de 13% em 2015.

B.3.1 Conclusão

Rentabilidade em queda, direcionada pela operação, impactada pela forte crise macroeconômica e setorial que afetou o país em 2014 e 2015. Receitas estáveis, e geração adequada de caixa operacional.

B.4 Análise dos riscos de curto e de longo prazos

- Empresa rentável, ainda que em queda devido à crise macroeconômica, com operação direcionando o lucro líquido.
- Margem operacional em queda.
- Receita estável.
- Capital de giro líquido em crescimento e com ativos de baixo risco.
- Empresa com ativos financeiros superiores aos passivos financeiros de curto prazo, e com a necessidade de investimento em giro financiada por fontes de longo prazo.
- Perfil adequado de geração de caixa, direcionado principalmente pela geração adequada de fluxos de caixa operacionais.
- Ausência de exposição patrimonial a riscos cambiais e monetários.
- Ausência de *off-balance-sheet debt*.
- Plano de pensão de benefício definido, equilibrado e fechado.

B.4.1 Conclusão

Ausência de risco de curto e de médio prazo.

B.5 Análise do crescimento histórico e potencial

- Investimentos moderados em ativos imobilizados e intangíveis em 2015.
- Capacidade elevada de captação de recursos de terceiros devido à baixa alavancagem financeira.
- Empresa atraente para o capital próprio por apresentar rentabilidade, ainda que em queda em 2015.
- Operação saudável e geradora de caixa.
- Setor maduro e relacionado à *performance* do setor de construção civil.

B.5.1 Conclusão

Crescimento de médio prazo pode ser acelerado devido (1) a elevada capacidade de captar recursos adicionais de terceiros e dos sócios e (2) a geração interna de fluxos de caixa da operação.

ANEXO C

Roteiro para análise da *performance* das empresas e construção do parecer financeiro – critérios a observar

C.1 Análise das decisões de investimento

- Magnitude dos investimentos totais.
- Distribuição absoluta e relativa dos investimentos entre curto e longo prazos, entre operacional e não operacional (análise vertical).
- Crescimento histórico – absoluto e percentual –, por tipo de ativo – circulante, não circulante, em participações, imobilizado, intangível etc. (análise horizontal e da variação monetária).
- Evolução e alteração das estratégias de investimento (análise vertical comparativa entre os anos).
- Identificação de ativos não operacionais, direcionadores desses ativos e expectativa de realização.
- Participação em empresas controladas e coligadas e relevância destes investimentos.
- Relevância, direcionadores e expectativa de materialização do imposto de renda diferido.

C.2 Análise das decisões de financiamento

- Característica da estrutura de capital ou dos recursos captados (análise vertical da distribuição entre capital de terceiros e dos sócios).
- Uso de capital oneroso de terceiros (endividamento financeiro) de curto e de longo prazos, em termos absolutos e percentuais (análise vertical).
- Evolução e alterações nas estratégias de financiamento (análise vertical comparativa entre os anos e das alterações relevantes na estrutura de capital).
- Risco patrimonial de curto prazo e equilíbrio de fluxo de caixa entre as decisões de investimento e de financiamento (análise do capital de giro líquido).

C.3 Análise dos resultados e da qualidade das decisões de investimento e de financiamento

- Rentabilidade patrimonial, rentabilidade sobre o capital investido (ROIC) e a contribuição da alavancagem para a rentabilidade patrimonial.
- Padrão das receitas e dos lucros (análise horizontal).
- Direcionadores do aumento ou da redução do lucro líquido e da margem líquida (receita, esforços para produzir, administrar e vender, resultados não operacionais, resultados financeiros, estratégia fiscal).
- Evolução do lucro operacional (análise de margens por meio da análise vertical).
- Relevância dos resultados das empresas controladas e coligadas.
- Influência dos resultados financeiros sobre o lucro líquido.
- Influência do imposto de renda corrente e diferido sobre o lucro.

C.4 Análise do perfil da geração de caixa

- Geração ou consumo de caixa
- Direcionadores da geração ou do consumo de caixa: fluxo de caixa operacional, das atividades de investimento e das atividades de financiamento.
- Potencial geração de caixa operacional (fluxo de caixa operacional restrito) x materialização efetiva no caixa (fluxo de caixa operacional amplo).
- Impacto da gestão do capital de giro e do ciclo operacional e de caixa sobre a geração de caixa operacional.
- Magnitude do *free cash flow*.
- Investimentos em imobilizados e intangíveis, e relação destes com a geração futura de receita.
- Financiamento dos novos investimentos (dívida ou capital próprio) e política de dividendos.

C.5 Análise dos riscos de curto e de longo prazos

- Magnitude da rentabilidade (acima do custo de oportunidade?).
- Padrão das receitas e dos lucros (em crescimento?).
- Identificação de perda de competitividade e de eficiência (evolução da margem operacional).
- Relação entre lucro operacional e despesas financeiras (análise da flexibilidade

financeira e de capacidade de realizar novas captações com terceiros).

- Risco de fluxo de caixa patrimonial: evolução do capital de giro líquido e risco dos ativos de curto prazo e a forma de financiamento da necessidade de investimento em giro.
- Presença de saldo de tesouraria positivo, ou de ativos financeiros superiores aos passivos financeiros de curto prazo.
- Solvência e nível de endividamento.
- Padrão de geração de caixa (positiva ou negativa) e direcionadores (padrão do FCO, do FCI e do FCF).
- Relação entre FCO ou Ebitda e financiamento oneroso de curto e longo prazos e despesas financeiras (índices de cobertura).
- Relação entre FCO e depreciação (entendimento da capacidade de investimento da empresa).
- Análise de dívidas e obrigações fora do balanço (*off-balance-sheet debt*).
- Exposição patrimonial a riscos monetários e cambiais.
- Índices de endividamento e de cobertura de juros e do passivo financeiro de curto e de longo prazos.

C.6 Análise de crescimento

- Histórico e potencial de crescimento do país e do setor.
- Investimentos históricos em imobilizado, em intangíveis ou em participações.
- Rentabilidade (capacidade de atrair recursos de sócios e de credores).
- Capacidade de captar recursos de terceiros.
- Magnitude do *free cash flow* da empresa.

ANEXO D

Duratex SA Notas explicativas
seleccionadas

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	16.205	25.069	31.417	33.072
Bancos contas remuneradas de controladas no exterior	-	-	46.527	7.222
Aplicações em renda fixa	1.732	343	1.738	2.726
Certificados de depósitos bancários	637.939	493.085	831.039	1.038.069
Total	655.876	518.497	910.721	1.081.089

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados em média à taxas superiores ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, contra seus emissores, sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Clientes no país	690.466	797.888	770.571	831.751
Clientes no exterior	95.826	30.743	115.024	70.510
<i>Impairment</i> no contas a receber de clientes	(48.385)	(35.987)	(54.348)	(37.826)
Total de clientes - Terceiros	737.907	792.644	831.247	864.435
Total de clientes - Partes relacionadas	81.113	67.827	42.967	53.895
Total	819.020	860.471	874.214	918.330

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	791.991	843.307	846.210	896.214
Vencidos até 30 dias	20.365	9.574	20.807	13.642
Vencidos de 31 a 60 dias	3.023	2.826	3.107	3.263
Vencidos de 61 a 90 dias	2.419	1.268	3.021	1.536
Vencidos de 91 a 180 dias	5.887	5.876	6.398	5.967
Vencidos há mais de 180 dias	43.720	33.607	49.019	35.534
Total	867.405	896.458	928.562	956.156

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, nos mercados interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo carteira de clientes	
			31/12/2015	31/12/2014
A	Acima de cinco anos	Pontual	58%	60%
B	Acima de três anos	Até um dia de atraso médio	6%	6%
C	Abaixo de três anos	Acima de um dia de atraso médio	30%	30%
D		Inadimplentes	6%	4%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e conforme análise individual dos valores relevantes em atraso (nota 2.8).

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	250.716	180.134	293.706	211.279
Matérias-primas	249.201	225.475	288.761	240.795
Produtos em elaboração	100.710	91.553	116.508	104.724
Almoxarifado geral	92.245	82.695	94.712	84.691
Adiantamentos a fornecedores	2.398	8.775	2.882	9.205
Total	695.270	588.632	796.569	650.694

Nota 8 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Fundação Itaúsa Industrial (1)	3.358	15.745	3.358	15.745
Venda de fazendas/imóveis e outros ativos	9.043	5.741	9.043	15.732
Retenção de valores na aquisição de empresas	4.976	4.623	4.976	4.623
Sinistros a receber	907	581	907	581
Venda de energia elétrica	9.869	-	9.869	-
Demais valores a receber	904	2.443	1.590	4.162
Total circulante	29.057	29.133	29.743	40.843
Não circulante				
Fundação Itaúsa Industrial (1)	-	2.624	-	2.624
Venda de fazendas/imóveis	10.830	11.966	10.830	13.070
Fomento nas operações florestais (2)	-	-	12.689	21.162
Retenção de valores na aquisição de empresas	12.056	6.777	12.056	6.777
Demais valores a receber	2.590	3.607	2.956	3.494
Total não circulante	25.476	24.974	38.531	47.127

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial.

(2) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato.

Nota 9 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	57.588	10.165	87.312	25.013
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de imobilizado (*)	20.238	24.594	20.997	25.265
PIS e COFINS a compensar	7.534	1.731	7.534	14.759
ICMS e IPI a recuperar	11.135	4.543	25.580	30.326
Outros	673	344	2.410	821
Total	97.168	41.377	143.833	96.184
Não circulante				
ICMS/ PIS/ COFINS s/ aquisição de imobilizado (*)	21.651	34.550	22.815	35.224
Total	21.651	34.550	22.815	35.224

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	41.595	98.362	49.133	104.391
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	15.480	60.922	17.430	60.922
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	8.091	18.991	8.715	20.966
Provisões para perdas nos estoques	3.100	2.405	3.164	2.457
Provisão de ajuste de ativos a mercado	2.621	2.961	2.684	2.963
Provisão de comissões a pagar	1.164	1.401	1.164	1.401
Provisão JCP	-	-	-	-
Provisões diversas	11.139	11.682	15.657	15.682
Resultado do SWAP (caixa x competência)	-	-	319	-
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	175.058	29.074	226.283	34.853
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	132.739	-	181.214	-
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	13.497	12.751	16.147	14.530
Provisões fiscais	15.766	11.712	15.867	14.408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.744	4.142	5.744	4.142
Provisão para perdas em investimentos	492	469	492	469
Provisão para adição lucro exterior	5.161	-	5.161	-
Provisões diversas	1.659	-	1.658	-
Efeito da combinação de negócios - CPCs / IFRS	-	-	-	1.304
Total de ativos de impostos diferidos	216.653	127.436	275.416	139.244
Passivo não circulante Reserva de reavaliação	(24.829)	(27.292)	(50.215)	(53.505)
Ajuste a valor presente de financiamento	(5.513)	(5.730)	(5.513)	(5.730)
Resultado do SWAP (caixa x competência)	(128.833)	(43.527)	(128.833)	(43.697)
Depreciação (crédito 25% da C.Social)	-	-	(10.157)	(9.045)

(continua)

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Depreciação Fiscal	-	(96.204)	-	(96.204)
Venda de imóvel	(2.195)	(3.008)	(2.195)	(3.341)
Ajustes CPCs IFRS	(124.884)	(129.916)	(359.469)	(376.169)
Outros	(14.698)	(20.449)	(40.983)	(23.015)
Total de passivos de impostos diferidos	(300.952)	(326.126)	(597.365)	(610.706)

Demonstrativo da realização estimada do imposto de renda sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social diferidos ativos sobre o lucro líquido.

Ano	Controladora	Consolidado
2016	15.480	17.430
2017	14.821	17.787
2018	23.889	27.863
2019	14.385	19.394
2020	18.863	24.762
2021 em diante	60.781	91.408
Total	148.219	198.644

D.1 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2014 - Líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos (Despesas) e receitas de impostos diferidos	(198.690)	(471.462)
Efeito da aquisição da Duchacorona	114.336	121.736
Incorporação da controlada Duratex Comercial Exportadora	(1.748)	27.606
Varição Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior	1.803	-
	-	171
Saldo em 31/12/2015 - Líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	(84.299)	(321.949)

Nota 11 – Partes relacionadas

a. Saldos e operações com empresas controladas

Descrição	Controladas diretas				
	Duratex Florestal		Duratex Empreendimentos		DuchasCorona
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Ativo					
Clientes	-	8	-	-	3
Dividendos a receber (1)	-	51.288	-	-	-
Contas a receber	8	24	-	-	-
Mútuo com controladas (2)	5	4	-	2	-

(continua)

(continuação)

Descrição	Controladas diretas					
	Duratex Florestal		Duratex Empreendimentos		DuchasCorona	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	
Passivo						
Fornecedores	(3)	19.273	26.660	-	-	-
Resultado						
Vendas		3	3	-	-	7
Compras	(4)	(292.342)	(310.046)	-	-	-
Financeiro		5	6	-	-	-
Outros		-	2	-	-	-

(1) Dividendos a receber, provisionados pela controlada Duratex Florestal Ltda.

(2) Operações de mútuo realizadas em condições acordadas entre as partes com o objetivo de centralização de caixa.

(3) Valores a pagar pela aquisição de matéria prima mencionado no item (4).

(4) Aquisição regular de madeira cortada de Eucalipto para produção de painéis de madeira.

Descrição	Controladas indiretas				
	Duratex North América		Tablemac		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Ativo					
Clientes	(1)	17.203	9.088	20.940	4.837
Resultado					
Vendas	(2)	53.360	28.908	38.519	13.254
Financeiro		5.094	1.098	2.245	445

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2).

(2) Fornecimentos de produtos para vendas nos Estados Unidos, Canadá e Colômbia.

b. Outras partes relacionadas

Descrição	Leo Madeira		Leroy Merlin		Ligna Florestal Ltda.		Elekeiroz SA		
	Maqs.& Fer. Ltda.		Cia Bras.Bricolagem						
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Ativo									
Clientes	(1)	16.896	22.777	26.057	31.118	-	-	-	-
Passivo									
Fornecedores		-	-	-	-	-	-	1	215
Resultado									
Vendas	(2)	111.200	100.686	103.674	95.326	-	-	-	1
Compras de matéria-prima	(3)	-	-	-	-	-	-	(3.788)	(15.420)
Custos com arrendamentos	(4)	-	-	-	-	(20.325)	(18.668)	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2).

(2) Fornecimentos de produtos para vendas no mercado interno.

(3) Aquisição de matéria-prima para fabricação de resina destinada para produção de painéis de madeira.

(4) Referem-se aos custos com o contrato de arrendamento rural firmado pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esse arrendamento são de R\$ 1.795 a partir de julho de 2015, conforme estabelecido em contrato. Tal contrato possui vencimento em julho de 2038, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos, e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

Descrição	Itaúsa						
	Empreendimentos SA		Itaúsa Investimentos SA		Itaú Unibanco		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Ativo							
Aplicações financeiras	(01)	-	-	-	-	41.275	106.434
Cientes		-	-	14	-	-	-
Resultado							
Vendas		-	-	226	3	-	-
Despesas de aluguel	(02)	-	-	(4.440)	(4.281)	-	-
Rendimentos de aplicações	(03)	-	-	-	-	8.956	11.301
Despesas financeiras	(04)	-	-	-	-	(601)	(180)
Outros resultados	(05)	-	(308)	-	-	-	-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia.

(2) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia.

(3) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1).

(4) Despesas com cobranças de títulos.

(5) Serviços contratados de análises, planejamento econômico e societário.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2015 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

c. Outras partes relacionadas

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi R\$ 14.231 como honorários (R\$16.868 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 9.790 como participações (R\$ 7.199 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 5.524 relativo à remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações (R\$ 6.522 em 31 de dezembro de 2014).

Nota 12 – Investimentos em controladas

a. Movimentação dos investimentos

Descrição	Controladas diretas												Total
	Duratex Com. l. Exp.	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Thermosystem Eletro Eletron.	Bale Com. Prod.	Pescara Admin. Part.	Trento Admin. Part.	Mykonos Admin. Part.	Duratex Europe	Griferia Sur DuchaCorona		
Acções/ quotas possuídas (Mil)	-	234	12	374	-	-	-	1	-	42	2.692	130.751	
Participação	-	100	100	100	-	90	90	100	-	100	72	100	
Capital social	-	701.541	12	374	-	10	1	1	-	345.510	1.502	130.751	
Patrimônio líquido	-	1.475.936	271	1.444	-	10	1	1	-	374.603	(616)	68.732	
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	96.000	259	398	-	-	-	-	-	34.805	(1.317)	(3.258)	
Movimentação dos investimentos													
Em 31 de dezembro de 2013	143.975	1.460.625	5.576	6.822	61.458	9	-	-	9	-	-	-	1.678.474
Resultado de equivalência	53.662	215.762	674	501	4.961	-	-	-	-	1	-	-	275.561
Aumento de capital	152.200	-	-	-	21.500	-	-	-	-	-	-	-	173.700
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	(22.530)	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	(22.526)
Venda das ações para a Duratex Empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-	(09)
Incorporação de controlada em 29/8/2014	-	-	-	-	(55.406)	-	-	-	-	-	-	-	(55.406)

(continua)

Controladas diretas												
Descrição	Duratex Coml. Exp.	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Thermosystem Eletro Eletron.	Bale		Duratex Europe	Griferia Sur	DuchaCorona	Total	
						Com. Prod.	Admin. Part.					
Aquisição da Pescara Admin.e Participações SA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	
Aquisição da Trento Admin. e Participações SA	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	
Reclassificação da marca para intangível	-	-	-	-	(9.660)	-	-	-	-	-	(9.660)	
Reclassificação da mais valia para o imobilizado	-	-	-	-	(880)	-	-	-	-	-	(880)	
Reclassificação do IR/CS sobre os ajustes	-	-	-	-	3.583	-	-	-	-	-	3.583	
Reclassificação do ágio para intangível	-	-	-	-	(25.577)	-	-	-	-	-	(25.577)	
Dividendos	-	(51.288)	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.288)	
Outros	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	21	
Em 31 de dezembro de 2014	327.307	1.625.099	6.250	7.323	-	9	1	1	-	5	1.965.995	
Aquisição - DuchaCorona Ltda. - Valor contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.010)	(28.010)	
Mais valia de ativos - Aquisição Duchacorona Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.189	51.189	
Ágio - Expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159	159	

(continua)

Controladas diretas													
Descrição	Duratex Coml. Exp.	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Thermosystem Eletro Electron.	Bale Com. Prod.	Pescara Admin. Part.	Trento Admin. Part.	Mykonos Admin. Part.	Duratex Europe	Griferia Sur Duchacorona	Total	
													Aumento de capital - Duchacorona Ltda.
Resultado de Equivalência	17.919	95.998	259	397	-	-	-	-	-	18.965	(57)	(3.258)	130.223
Amortização de mais valia de ativos, líquido impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.393)	(3.393)
Valor a receber ref. reembolso de provisões que sera descontado do valor a pagar na aquisição da Duchacorona.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.653)	(6.653)
Redução de Capital em ações da Duratex Europe	(324.293)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(324.293)
Redução de capital em dinheiro	(14.000)	-	-	(2.500)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.500)
Recebimento de ações da Duratex Europe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital na Duratex Comercial.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	324.293	-	-	324.293
Aumento de Capital - Griferia Sur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	258	-	258

(continua)

Controladas diretas																	
Descrição	Duratex Coml. Exp.	Duratex Florestal	Duratex Estrela do Sul	Duratex Empreend. Eletro	Thermosystem	Bale		Pescara		Trento		Mykonos		Griferia Sur	DuchaCorona	Total	
						Com. Prod.	Com. Prod.	Admin. Part.	Admin. Part.	Admin. Part.	Admin. Part.	Admin. Part.	Admin. Part.				
Venda de uma ação para a Duratex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(09)	
Empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(09)	
Transferência provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(201)	-	(201)	
Griferia Sur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(201)	
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	23.273	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.340	54.613
Dividendos	(10.000)	(250.000)	(6.238)	(3.777)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(270.015)
Incorporação de controlada em 30/10/2015	(20.206)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.206)
Em 31 de dezembro de 2015	-	1.471.097	271	1.443	-	9	1	1	1	1	-	-	-	-	110.034	374.594	1.957.450

Controladas indiretas			
Descrição	North America	Tablemac	Duratex Belgium
Ações/ quotas possuídas (Mil)	500	27.301.840	1
Participação	100	81	100
Capital social	885	54.332	46.762
Patrimônio líquido	14.227	385.811	46.726
Lucro líquido do exercício	359	43.324	4.159
Movimentação dos investimentos			
Em 31 de Dezembro de 2013	7.709	121.446	34.205
Resultado de equivalência	517	18.912	4.506
Aquisição de ações por meio de OPA em 22/01/2014	-	141.629	-
Variação cambial sobre patrimônio líquido	1.083	(20.778)	(2.863)
Em 31 de Dezembro de 2014	9.309	261.209	35.848
Resultado de equivalência	359	34.928	4.159
Variação cambial sobre patrimônio líquido	4.559	14.903	6.719
Em 31 de Dezembro de 2015	14.227	311.040	46.726

Nota 13 – Imobilizado

a. Movimentação

Controladora	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2013								
Custo	112.262	761.089	3.210.614	371.638	32.944	21.503	110.993	4.621.043
Depreciação acumulada	-	(271.621)	(1.374.466)	-	(21.097)	(19.772)	(77.762)	(1.764.718)
Saldo contábil, líquido	112.262	489.468	1.836.148	371.638	11.847	1.731	33.231	2.856.325
Em 31/12/2014								
Saldo inicial	112.262	489.468	1.836.148	371.638	11.847	1.731	33.231	2.856.325
Aquisições	7	598	46.812	169.562	3.411	1.222	4.861	226.473
Baixas	(1.040)	-	(4.894)	(946)	(421)	(10)	(834)	(8.145)
Depreciações	-	(28.898)	(220.356)	-	(2.101)	(958)	(7.723)	(260.036)
Transferências	2.846	59.889	216.133	(293.381)	1.656	(03)	12.860	-
Incorporação Thermosystem	1.599	2.512	11.002	10.527	599	128	1.411	27.778
Saldo contábil, líquido	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395
Saldo em 31/12/2014								
Custo	115.674	824.088	3.479.667	257.400	38.189	22.840	129.291	4.867.149
Depreciação acumulada	-	(300.519)	(1.594.822)	-	(23.198)	(20.730)	(85.485)	(2.024.754)
Saldo contábil, líquido	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395
Em 31/12/2015								
Saldo inicial	115.674	523.569	1.884.845	257.400	14.991	2.110	43.806	2.842.395
Aquisições	12.615	2.172	40.667	149.097	2.276	79	8.206	215.112
Baixas	-	(34)	(870)	(536)	(68)	(66)	(156)	(1.730)

(continua)

Controladora	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Depreciações	-	(31.203)	(234.689)	-	(2.454)	(947)	(10.747)	(280.040)
Transferências	751	43.852	191.085	(251.961)	1.806	68	14.399	-
Saldo contábil, líquido	129.040	538.356	1.881.038	154.000	16.551	1.244	55.508	2.775.737
Saldo em 31/12/2015								
Custo	129.040	870.078	3.710.549	154.000	42.203	22.921	151.740	5.080.531
Depreciação acumulada	-	(331.722)	(1.829.511)	-	(25.652)	(21.677)	(96.232)	(2.304.794)
Saldo contábil, líquido	129.040	538.356	1.881.038	154.000	16.551	1.244	55.508	2.775.737
Controladora			Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2013								
Custo	654.129	787.996	3.209.979	376.612	41.738	47.764	116.564	5.234.782
Depreciação acumulada	-	(286.523)	(1.340.509)	-	(28.515)	(41.262)	(81.186)	(1.777.995)
Saldo contábil, líquido	654.129	501.473	1.869.470	376.612	13.223	6.502	35.378	3.456.787
Em 31/12/2014								
Saldo inicial	654.129	501.473	1.869.470	376.612	13.223	6.502	35.378	3.456.787
Aquisições	112	2.198	58.596	187.217	3.685	3.753	7.891	263.452
Baixas	(46.246)	(634)	(5.425)	(947)	(621)	(65)	(853)	(54.791)
Depreciações	-	(31.362)	(242.148)	-	(2.336)	(3.604)	(8.676)	(288.126)
Transferências	2.846	54.143	224.287	(301.253)	1.656	1.283	17.038	-
Variação cambial	202	(2.296)	(3.002)	(155)	9	(11)	140	(5.113)
Mais valia Thermosystem	-	(26)	73	-	(18)	(02)	1	28
Aquisição Tablemac	35.182	99.098	163.934	694	1.010	642	(5.540)	295.020

(continua)

Controladora	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Mais valia Tablemac	48.625	-	-	-	-	-	-	48.625
Saldo contábil, líquido	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882
Saldo em 31/12/2014								
Custo	694.850	940.479	3.648.442	262.168	47.459	53.364	135.241	5.782.003
Depreciação acumulada	-	(317.885)	(1.582.657)	-	(30.851)	(44.866)	(89.862)	(2.066.121)
Saldo contábil, líquido	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882
Em 31/12/2015								
Saldo inicial	694.850	622.594	2.065.785	262.168	16.608	8.498	45.379	3.715.882
Aquisições	12.972	2.699	49.235	167.018	2.431	1.164	16.426	251.945
Baixas	(214)	(502)	(1.614)	(571)	(91)	(102)	(336)	(3.430)
Depreciações	-	(33.716)	(255.570)	-	(2.699)	(2.117)	(12.549)	(306.651)
Transferências	2.334	45.378	202.575	(268.197)	2.146	753	15.011	-
Variação cambial	17.533	7.686	19.562	233	15	60	(589)	44.500
Aquisição DuchacCorona	151	60	6.763	-	292	39	581	7.886
Mais valia - Aquisição DuchacCorona	17.909	9.580	22.806	-	550	190	516	51.551
Amortização - Mais Valia	-	(183)	(2.061)	-	(40)	(30)	(137)	(2.451)
Saldo contábil, líquido	745.535	653.596	2.107.481	160.651	19.212	8.455	64.302	3.759.232
Saldo em 31/12/2015								
Custo	745.535	1.005.197	3.945.708	160.651	52.762	55.438	166.713	6.132.004
Depreciação acumulada	-	(351.601)	(1.838.227)	-	(33.550)	(46.983)	(102.411)	(2.372.772)
Saldo contábil, líquido	745.535	653.596	2.107.481	160.651	19.212	8.455	64.302	3.759.232

Nota 15 – Intangível

Controladora	Software	Marcas e patentes	Ágio rentabilidade futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2013					
Custo	47.912	4.694	229.221	396.161	677.988
Amortização acumulada	(33.567)	(565)	-	(105.984)	(140.116)
Saldo contábil, líquido	14.345	4.129	229.221	290.177	537.872
Em 31/12/2014					
Saldo inicial	14.345	4.129	229.221	290.177	537.872
Adições	7.136	1.013	-	-	8.149
Baixas	-	(9.660)	-	-	(9.660)
Amortizações	(7.235)	(424)	-	(26.468)	(34.127)
Incorporação Thermosystem	651	9.660	25.577	-	35.888
Saldo contábil, líquido	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Saldo em 31/12/2014					
Custo	55.699	5.707	254.798	396.161	712.365
Amortização acumulada	(40.802)	(989)	-	(132.452)	(174.243)
Saldo contábil, líquido	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Em 31/12/2015					
Saldo inicial	14.897	4.718	254.798	263.709	538.122
Adições	16.462	1.394	-	-	17.856
Baixas	(04)	-	-	-	(04)
Amortizações	(4.881)	-	-	(26.466)	(31.347)
Saldo contábil, líquido	26.474	6.112	254.798	237.243	524.627
Saldo em 31/12/2015					
Custo	72.157	7.101	254.798	396.161	730.217
Amortização acumulada	(45.683)	(989)	-	(158.918)	(205.590)
Saldo contábil, líquido	26.474	6.112	254.798	237.243	524.627

Consolidado	Software	Marcas e patentes	Ágio rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo em 31/12/2013					
Custo	49.058	14.358	254.798	396.161	714.375
Amortização acumulada	(34.007)	(565)	-	(105.984)	(140.556)
Saldo contábil, líquido	15.051	13.793	254.798	290.177	573.819
Em 31/12/2014					
Saldo inicial	15.051	13.793	254.798	290.177	573.819
Adições	8.189	1.013	-	-	9.202
Baixas	-	(9.660)	-	-	(9.660)
Amortizações	(7.402)	(424)	-	(27.404)	(35.230)
Carteira de clientes - Aquisição Tablemac	-	-	-	16.447	16.447
Variação cambial	(47)	-	-	(394)	(441)
Saldo contábil, líquido	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Saldo em 31/12/2014					
Custo	57.200	5.711	254.798	412.214	729.923
Amortização acumulada	(41.409)	(989)	-	(133.388)	(175.786)
Saldo contábil, líquido	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Em 31/12/2015					
Saldo inicial	15.791	4.722	254.798	278.826	554.137
Adições	17.083	1.513	-	-	18.596
Baixas	(214)	-	-	-	(214)
Amortizações	(5.029)	-	-	(27.627)	(32.656)
Variação cambial	77	-	-	1.609	1.686
Mais valia - Aquisição DuchaCorona	-	13.237	-	-	13.237
Ágio - Aquisição DuchaCorona	-	-	159	-	159
Saldo contábil, líquido	27.708	19.472	254.957	252.808	554.945
Saldo em 31/12/2015					
Custo	74.146	20.461	254.957	413.823	763.387
Amortização acumulada	(46.438)	(989)	-	(161.015)	(208.442)
Saldo contábil, líquido	27.708	19.472	254.957	252.808	554.945

Nota 17 – Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	31/12/2015		31/12/2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	TJLP + 2,2% a.a.	Mensal e trimestral	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú SA	63.802	5.397	76.462	69.166
BNDES	TJLP + 2,7% a.a.	Mensal	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	354	1.109	24.111	-
BNDES	TJLP + 2,8% a.a.	Mensal e trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú SA e 30% pessoa física	64.242	146.101	66.019	208.062
BNDES	4,6% a.a.	Mensal e trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú SA e 30% pessoa física	5.171	6.295	4.919	10.543
BNDES	Selic + 2,16% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú SA e 30% pessoa física	982	1.846	987	2.809
BNDES Progeren	TJLP + 2,85% a.a.	Dezembro/2015	Nota promissória	-	-	27.027	-
BNDES Progeren	9 % a.a.	Mensal	Duplicatas	-	-	626	-
Finame	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6 % a.a.	Mensal e trimestral	Alienação Fiduciária e NP	7.426	43.474	5.209	45.627
Finame	6 % a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Fiança	461	6.307	29	3.859
Crédito industrial com swap	12,7 % a.a.	Até Abril/2015	Aval - Duratex Coml. Exportadora SA	-	-	58.227	-
Crédito industrial	103 % CDI	Novembro/2015	Aval - Duratex Coml. Exportadora SA	-	-	205.144	-
Crédito exportação com swap	8 % a.a.	Até Janeiro/2018	-	676	56.009	669	58.117
Crédito exportação	104,8% CDI	Até Janeiro/2021	-	14.038	542.464	6.472	406.549
Crédito exportação	107,5% CDI	Até Outubro/2019	-	-	102.167	-	-

(continua)

Modalidade	31/12/2015			31/12/2014			
	Encargos	Amortização	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundiést	30 % IGP-M a.m.	Até Dezembro/2020	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	19.958	96.614	20.092	111.243
Fundopem	IPCA + 3% a.a.	Até Janeiro/2026	Aval - 70% Itaúsa - Invest. Itaú SA e 30% pessoa física	1.528	35.969	1.139	29.243
Proinvest / Profloresta	IGP-M + 4% a.a./ IPCA + 6% a.a.	Até Janeiro/2018	Fiança - Cia Ligna de Inv. e Hipoteca de bens	4.342	1.209	11.713	4.305
Desconto NPR	8,75% a.a.	Até Abril/2016		20.149	-	-	-
Leasing	Pre 1,3% a.m.	Mensal	Máquinas e equipamentos	-	-	80	-
Total em moeda nacional - Controladora				203.129	1.044.961	508.925	949.523
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2 % a.a.	Mensal	Aval - Itaúsa - investimentos Itaú SA	13.997	1.119	11.284	10.254
BNDES	Cesta de Moedas + 2,4 % a.a.	Mensal	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	236	-	4.686	160
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Mensal	Aval - Itaúsa - investimentos Itaú SA	1.970	1.144	1.343	2.113
BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - investimentos Itaú SA e 30% pessoa física	582	338	397	624
Resolução n. 4131 com swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Agosto/2019	Nota promissória	580	179.529	104.204	-
Resolução n. 4131 com swap	US\$ + 1,5% a.a.	Junho/2018	Nota promissória	172	176.069	118.270	-
Resolução n. 4131 com swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Mato/2016	Nota promissória	51.276	-	162	50.945
Resolução n. 4131 com swap	US\$ + 2,1% a.a.	Junho/2018	Nota promissória	161	107.939	109	107.899

(continua)

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	31/12/2015		31/12/2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Resolução n. 4131 com swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Julho/2016	Nota promissória	58.111	-	216	57.657
Resolução n. 4131 com swap	US\$ + Libor + 2,59% a.a.	Outubro/2017	Nota promissória	1.278	127.685	814	127.297
Resolução n. 4131 com swap	US\$ + 2,5% a.a.	Janeiro/2017	Nota promissória	2.142	126.549	1.457	125.839
Resolução n. 4131 com swap	US\$ + 3,66% a.a.	Agosto/2019	Nota promissória	2.700	185.006	-	-
Total em moeda estrangeira - Controladora							
Total da Controladora				133.205	905.378	242.942	482.788
Nota de crédito rural com swap	10,6 % a.a.	Setembro/2015	Aval - Duratex SA	-	-	112.813	-
Nota de crédito rural com swap	11,5 % a.a.	Novembro/2016	Aval - Duratex SA	126.679	-	-	110.954
Nota crédito exportação	105,5% CDI	Até Janeiro/2021	Aval - Duratex SA	7.100	141.449	138.853	-
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Mensal e trimestral	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú SA e 30% pessoa física	2.668	52.628	1.978	76.085
BNDES	5,5 % a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú SA e 30% pessoa física	238	23.258	790	1.243
BNDES	3,5% a.a.	Mensal	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú SA e 30% pessoa física	1.153	3.629	-	-
Finame	Pré 5,6 % a.a.	Mensal e trimestral	Alienação fiduciária e Nota promissória	971	3.038	502	3.521
Leasing	Pré 1,18 % a.m.	Mensal	Aval pessoa física	150	-	-	-

(continua)

Modalidade	31/12/2015			31/12/2014			
	Encargos	Amortização	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Total em moeda nacional - Controladas				138.959	224.002	254.936	191.803
Leasing	DTF + 2%	Mensal	Nota promissoria	64	1.672	10	779
DEG/CII	5,4% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	9.463	11.114	-	38.894
CII	Libor + 3,95% a.a.	Semestral	Penhor e hipoteca de equipamentos	2.277	5.172	-	4.808
Banco Santander-Hermes com <i>swap</i>	4,59 % a.a.	Semestral	Apólice de seguro emitida por 95%	2.968	5.406	2.096	7.311
Total em moeda estrangeira - Controladas				14.772	23.364	2.106	51.792
Total das controladas				153.731	247.366	257.042	243.595
Total consolidado				490.065	2.197.705	1.008.909	1.675.906

- a. Empréstimos e financiamentos do passivo não circulante por prazo de vencimento

D.2 Empréstimos e financiamentos - Prazo vencimento

31/12/2015						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2017	141.015	354.456	495.471	144.141	368.933	513.074
2018	211.204	186.388	397.592	265.685	194.486	460.171
2019	260.582	364.534	625.116	332.915	364.859	697.774
2020	366.982	-	366.982	422.981	55	423.036
2021	41.934	-	41.934	79.426	59	79.485
2022	9.923	-	9.923	10.119	65	10.184
2023	6.277	-	6.277	6.474	71	6.545
Demais	7.044	-	7.044	7.220	216	7.436
Total	1.044.961	905.378	1.950.339	1.268.961	928.744	2.197.705

31/12/2015						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2016	221.677	119.984	341.661	335.222	153.377	488.599
2017	103.344	321.310	424.654	105.221	333.576	438.797
2018	160.019	41.494	201.513	177.851	47.627	225.478
2019	126.906	-	126.906	162.525	-	162.525
2020	309.320	-	309.320	329.651	-	329.651
2021	12.228	-	12.228	14.330	-	14.330
2022	7.818	-	7.818	7.989	-	7.989
Demais	8.211	-	8.211	8.537	-	8.537
Total	949.523	482.788	1.432.311	1.141.326	534.580	1.675.906

Nota 18 – Debêntures conversíveis em ações

Em 8 de fevereiro de 2012 foi aprovada a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, cujos recursos foram destinados para:

- (i) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga - SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão, e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- (ii) Aquisição, pela Companhia, das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no inciso anterior.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Saldo em 31/12/2015		
								Circulante	Não Circulante	Total
1ª emissão	15/01/2012	Privada conversíveis em ações	15/01/2017	777.000	128,70	99.999,9	IPCA +juros de 6% a.a base 252 dias úteis, pagos anualmente no dia 15 de janeiro de cada ano			
Utilizadas para aumento de capital			(1.875)							
Em 31 de dezembro de 2015			775.125					7.312	129.207	136.513

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o bônus de subscrição, está incluído no patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial.

Nota 21 – Arrendamento rural

D.3 Valores envolvidos

Referem-se aos contratos de arrendamento rural firmado entre Duratex Florestal Ltda. (controlada da Companhia) e Ligna Florestal Ltda. (controlada da Companhia Ligna de Investimentos), relativos aos terrenos nos Estados de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul onde estão localizadas as florestas. Os encargos mensais desses contratos são de R\$ 1.795. A Duratex Florestal Ltda. pagará até 2038 R\$ 21.540 por ano.

Adicionalmente, em atendimento aos requerimentos do CPC 06 – R1 – “Operações de arrendamento mercantil”, a controlada Duratex Florestal Ltda. registra os efeitos decorrentes da linearização dos custos de seus contratos de arrendamento rural.

Nota 22 – Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado da Duratex SA é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.875.800 representado por 665.565.438 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b. Ações em tesouraria

	N. de ações	MR\$
Saldo em 31/12/2014	2.485.759	27.931
Aquisições no exercício	-	-
Saldo em 31/12/2015	2.485.759	27.931

Preço das ações	31/12/2015		
Mínimo	Máximo	Médio ponderado	Última cotação
2,86	15,67	11,24	5,9

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2015, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 14.666 (R\$ 19.961 em 30 de dezembro de 2014).

c. Reservas do patrimônio líquido

	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de capital	337.140	331.616
Ágio na subscrição de ações	218.720	218.720
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei n. 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas	92.833	93.447

(continua)

(continuação)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 29)	(6.544)	(12.682)
Outros resultados abrangentes	525.464	475.053
Reservas de reavaliação	66.005	70.207
Ajuste de avaliação patrimonial	459.459	404.846
Reservas de lucros	1.829.831	1.896.384
Legal	173.704	164.529
Estatutária	1.612.559	1.653.588
Dividendo adicional proposto	-	43.184
Incentivos fiscais art 195-A Lei n. 6.404/76	43.568	35.083
Ações em tesouraria	(27.931)	(27.931)

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social, o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos: Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

- (a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das SA;
- (b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;
- (c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e
- (d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (artigo 29.1 do Estatuto Social)

Reserva para Reforço do Capital de Giro: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das SA.

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das SA.

Reservas de incentivos fiscais: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei). (Incluído pela Lei n. 11.638, de 2007).

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 29.247 (R\$ 22.088 em 2014) do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE), R\$ 8.414 (R\$ 7.088 em 2014) do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN), R\$ 5.907 (R\$ 5.907 em 2014) da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

e. Dividendos (juros sobre o capital próprio)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2015 foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	183.497
(-) Reserva legal	(9.175)
(-) Incentivos fiscais	(8.485)
(+) Realização de reserva de reavaliação	4.202
Lucro líquido ajustado	170.039
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	51.012

Dividendos declarados no exercício bruto	Valor Bruto	IRRF	Valor líquido
O Conselho de Administração em reunião realizada em 27/07/2015, deliberou creditar juros sobre o capital próprio, imputado ao valor do dividendo obrigatório de 2015, no valor de R\$ 0,051528719 por ação que totaliza R\$ 34.168 cujo pagamento foi efetuado em 14/08/2015.	(a) 34.168	(5.125)	29.049
O Conselho de Administração em reunião realizada em 16/12/2015, "ad referendum" da Assembleia Geral, deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 30/12/2015, por conta do dividendo obrigatório de 2015, o valor de R\$ 0,26678667 por ação que totaliza R\$ 176.900, sendo:	(b) 135.871	(20.381)	115.490
Dividendos / JCP declarados do resultado do exercício	(a + b) 170.039	(25.506)	144.533
Dividendos / JCP declarados de reserva estatutária	41.029	(6.154)	34.875
Dividendos / JCP declarados	211.068	(31.660)	179.408

Nota 24 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita bruta de venda	4.452.390	4.505.124	5.005.509	5.063.836
Mercado interno	4.166.013	4.337.297	4.340.950	4.601.911
Mercado externo	286.377	167.827	664.559	461.925
Impostos e contribuições sobre vendas	(954.457)	(978.915)	(1.042.295)	(1.079.329)
Receita líquida de vendas	3.497.933	3.526.209	3.963.214	3.984.507

Nota 26 – Receitas e despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	66.572	38.525	118.683	89.995
Variação cambial ativa	36.406	7.572	46.472	7.833
Atualizações monetárias	8.365	8.271	10.447	10.626
Juros e descontos obtidos	9.128	5.842	31.641	31.362
Deságio Fundap	-	2.649	-	2.649
Outras	-	786	-	786
Total	120.471	63.645	207.243	142.644
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(159.975)	(142.617)	(212.191)	(179.760)
Encargos sobre financiamentos - Moeda estrangeira	(437.959)	(103.099)	(441.093)	(103.441)
Variação cambial passiva	(10.716)	(1.949)	(47.923)	(17.945)
Atualizações monetárias	(6.608)	(5.027)	(8.734)	(7.350)
Operações com derivativos	312.150	34.428	320.176	33.836
Taxas bancárias	(3.645)	(3.262)	(5.297)	(5.780)
Imposto de operações financeiras	(237)	(787)	(612)	(1.889)
Outras	(4.057)	(484)	(30.692)	(35.457)
Total	(311.047)	(222.797)	(426.366)	(317.786)
Total do resultado financeiro	(190.576)	(159.152)	(219.123)	(175.142)

Nota 28 – Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	69.161	352.162	106.282	445.077
I. Renda e C. Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(23.515)	(119.735)	(36.136)	(151.326)
I. Renda e C. Social sobre adições e exclusões ao Resultado	137.851	157.922	121.598	99.809
Resultado de investimentos no exterior	-	-	(1.589)	6.550
Juros sobre o capital próprio	86.446	65.529	86.446	65.529
Resultado da equivalência Patrimonial	44.276	93.691	-	226
Diferença de tributação de empresa controlada			35.993	30.128
Outras adições e exclusões	7.129	(1.298)	748	(2.624)
I. Renda e C. Social sobre o Lucro do exercício	114.336	38.187	85.462	(51.517)
No resultado				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(36.274)	(73.331)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	114.336	38.187	121.736	21.814
Taxa efetiva %	(*)165%	11%	(*)80%	-12%

(*) Taxa efetiva impactada pelo efeito do Imposto de renda e contribuição social sobre JCP.

Nota 30 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

D.4 Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2015, com 6.545 participantes (6.727 em 31 de dezembro 2014).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

D.5 Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pela Towers Watson, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 102.700 (R\$ 113.666 em 31 de dezembro de 2014). A redução de R\$ 10.966 foi reconhecida no resultado na rubrica “Outros resultados operacionais”, líquidos. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no balanço	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais	(721.647)	(717.767)
Valor justo dos ativos	1.010.152	990.807
Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	288.505	273.040
Restrição do Ativo devido ao limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(185.805)	(159.374)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	102.700	113.666

D.6 Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 28 de janeiro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) aprovou a revisão do Plano de Benefício Definido (BD), o equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do plano. A Duratex SA reconheceu este ativo no montante de R\$ 42.318 para recebimento em 36 parcelas a partir de fevereiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2015, o valor a receber é R\$ 3.358 (R\$ 18.369 em 31 de dezembro 2014), conforme nota 8.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2015:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no balanço	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais	(60.993)	(65.468)
Valor justo dos ativos	104.343	121.033
(Passivo) / Ativo calculado com base no item 54 do CPC 33/IAS 19	43.350	55.565
Restrição do Ativo devido ao limite (item 58 do CPC 33/IAS 19)	(36.840)	(35.882)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	6.510	19.683

D.7 Premissas atuariais

Hipóteses econômicas	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto	12,60%	11,66%
Crescimento salariais futuros	7,38%	7,59%
Crescimento dos benefícios	5,00%	5,20%
Taxa de inflação	5,00%	5,20%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses econômicas	31/12/2015	31/12/2014
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 modificada	RRB 1944 modificada
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

ANEXO E

Demonstrações financeiras
selecionadas do Grupo Ultra

ÍNDICE

DADOS DA EMPRESA	
Composição do Capital	349
Proventos em Dinheiro	349
DFS INDIVIDUAIS	
Balanço Patrimonial Ativo	349
Balanço Patrimonial Passivo.....	350
Demonstração do Resultado	351
Demonstração do Resultado Abrangente	352
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	352
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
DMPL - 01/01/2015 a 31/12/2015.....	354
DMPL - 01/01/2014 a 31/12/2014.....	355
DMPL - 01/01/2013 a 31/12/2013.....	357
Demonstração do Valor Adicionado.....	358
DFS CONSOLIDADAS	
Balanço Patrimonial Ativo	359
Balanço Patrimonial Passivo.....	360
Demonstração do Resultado	362
Demonstração do Resultado Abrangente	363
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	363
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
DMPL - 01/01/2015 a 31/12/2015.....	366
DMPL - 01/01/2014 a 31/12/2014.....	368
DMPL - 01/01/2013 a 31/12/2013.....	370
Demonstração do Valor Adicionado.....	372
Relatório da Administração.....	373
Notas Explicativas	387
PARECERES E DECLARAÇÕES	
Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	478
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	480
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	481
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	482

E.1 Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social
	31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
Total	556.405.096
Em Tesouraria	
Ordinárias	13.321.356
Preferenciais	0
Total	13.321.356

E.2 Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/02/2015	Dividendo	13/03/2015	Ordinária		0,71000
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2015	Dividendo	21/08/2015	Ordinária		0,80000
Reunião do Conselho de Administração	17/02/2016	Dividendo	04/03/2016	Ordinária		0,80000

E.3 DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	9.193.442	8.882.925	7.613.091
1.01	Ativo Circulante	501.055	681.957	437.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.061	119.227	110.278
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.708	67.864	264
1.01.03	Contas a Receber	398.178	464.114	298.267
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	398.178	464.114	298.267
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	392.127	448.233	296.918
1.01.03.02.02	Demais Contas a Receber	6.051	15.881	1.349
1.01.06	Tributos a Recuperar	48.019	30.713	27.067
1.01.07	Despesas Antecipadas	89	39	1.907
1.02	Ativo Não Circulante	8.692.387	8.200.968	7.175.308
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	795.269	831.205	794.201
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.680	1.479	395

(continua)

(continuação)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.680	1.479	395
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	782.404	806.456	772.194
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.185	23.270	21.612
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	4.037	23.122	21.464
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	148	148	148
1.02.02	Investimentos	7.650.955	7.123.600	6.134.944
1.02.02.01	Participações Societárias	7.650.955	7.123.600	6.134.944
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.619.441	7.099.524	6.112.193
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	31.514	24.076	22.751
1.02.04	Intangível	246.163	246.163	246.163

E.4 DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	9.193.442	8.882.925	7.613.091
1.01	Ativo Circulante	501.055	681.957	437.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.061	119.227	110.278
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.708	67.864	264
1.01.03	Contas a Receber	398.178	464.114	298.267
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	398.178	464.114	298.267
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	392.127	448.233	296.918
1.01.03.02.02	Demais Contas a Receber	6.051	15.881	1.349
1.01.06	Tributos a Recuperar	48.019	30.713	27.067
1.01.07	Despesas Antecipadas	89	39	1.907
1.02	Ativo Não Circulante	8.692.387	8.200.968	7.175.308
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	795.269	831.205	794.201
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.680	1.479	395
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.680	1.479	395
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	782.404	806.456	772.194
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.185	23.270	21.612
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	4.037	23.122	21.464
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	148	148	148

(continua)

(continuação)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.02	Investimentos	7.650.955	7.123.600	6.134.944
1.02.02.01	Participações Societárias	7.650.955	7.123.600	6.134.944
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.619.441	7.099.524	6.112.193
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	31.514	24.076	22.751
1.02.04	Intangível	246.163	246.163	246.163

E.5 DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-490.881	-103.018	-114.885
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.953	7.149	5.428
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	66.925	43.192	38.076

E.6 DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.487.554	1.222.148	1.262.599
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13	-42.566	-1.163
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29.817	56.389	1.259
3.04.04.01	Outros Resultados Operacionais, Líquidos	29.817	0	1.254
3.04.04.02	Resultado na Venda de Bens, Líquido	0	56.389	5
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.457.750	1.208.325	1.262.503
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.487.554	1.222.148	1.262.599
3.06	Resultado Financeiro	39.829	37.094	33.949
3.06.01	Receitas Financeiras	175.398	131.889	120.245
3.06.02	Despesas Financeiras	-135.569	-94.795	-86.296
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.527.383	1.259.242	1.296.548
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.917	-17.679	-71.405

(continua)

(continuação)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
3.08.01	Corrente	-31.119	-18.763	-71.757
3.08.02	Diferido	7.202	1.084	352
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.503.466	1.241.563	1.225.143
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.503.466	1.241.563	1.225.143
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,76490	2,27530	2,29380
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,74330	2,25920	2,28400

E.7 DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	1.503.466	1.241.563	1.225.143
4.02	Outros Resultados Abrangentes	35.537	6.837	43.498
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	7.733	46	-18
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	23.733	5.116	25.455
4.02.03	Ganhos Atuariais de Benefício Pós-Emprego	4.071	1.675	18.061
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.539.003	1.248.400	1.268.641

E.8 DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.209.822	1.158.091	369.969
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.193.915	1.164.958	333.492
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.503.466	1.241.563	1.225.143
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-1.457.750	-1.208.325	-1.262.503
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	133.484	97.965	-2.852
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-7.202	-1.084	-352
6.01.01.05	Dividendos Recebidos	1.021.917	1.068.332	374.061

(continua)

(continuação)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	0	22.896	0
6.01.01.07	Resultado na Venda de Bens	0	-56.389	-5
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.907	-6.867	36.477
6.01.02.01	Impostos a Recuperar (AC)	-17.306	-3.646	36.199
6.01.02.02	Demais Contas a Receber (AC)	9.830	-2.310	-1.035
6.01.02.03	Despesas Antecipadas (AC)	-50	1.868	-1.907
6.01.02.04	Fornecedores (PC)	2.100	-597	956
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais (PC)	37	17	3
6.01.02.06	Obrigações Tributárias (PC)	767	86	-3.035
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social (PC)	301	0	939
6.01.02.08	Demais Contas a Pagar (PC)	1.123	-84	106
6.01.02.09	Impostos a Recuperar (ANC)	19.085	-1.658	4.535
6.01.02.10	Depósitos Judiciais (ANC)	0	0	84
6.01.02.11	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PNC)	20	16	12
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-559	-380
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	61.156	-303.700	349.957
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	61.156	-67.600	-48
6.02.03	Aporte de Capital em Controladas	0	-236.100	-350.000
6.02.06	Redução de capital em Controladas	0	0	700.000
6.02.07	Receita com a Venda de Bens	0	0	5
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.342.144	-845.442	-686.629
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	799.042	0	0

E.9 DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-800.000	0	0
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-153.557	-75.489	-66.665
6.03.04	Dividendos Pagos	-822.963	-775.962	-705.192
6.03.05	Venda de Ações em Tesouraria p/ Controladas	0	42.531	0
6.03.06	Sociedades Relacionadas	24.052	-34.262	85.228
6.03.07	Custos na Emissão de Ações	0	-2.260	0
6.03.08	Aquisição de Ações para Manutenção em tesouraria	-388.718	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-71.166	8.949	33.297
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	119.227	110.278	76.981
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.061	119.227	110.278

E.10 DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 a 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-420.532	0	-871.309	0	-1.291.841
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-388.718	0	0	0	-388.718
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-714.147	0	-714.147
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-188.976	0	0	0	-188.976
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	157.162	0	-157.162	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.503.466	35.537	1.539.003
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.503.466	0	1.503.466
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	35.537	35.537
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	7.733	7.733
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	23.733	23.733
5.05.02.06	Ganho Atuarial em Benefício Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	4.071	4.071
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-258	632.295	-632.157	0	-120
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	632.157	-632.157	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-258	0	258	0	0

(continua)

(continuação)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-120	0	-120
5.06.04	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	138	-138	0	0
5.07	Saldos Finais	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041

E.11 DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 a 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.913	566.475	0	-778.718	0	-70.330
5.04.01	Aumentos de Capital	141.913	0	0	0	0	141.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-2.260	0	0	0	-2.260
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	42.531	0	0	0	42.531
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-589.742	0	-589.742
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-161.584	0	0	0	-161.584
5.04.09	Ágio com Subscrição de Ações	0	498.812	0	0	0	498.812
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	188.976	0	-188.976	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.241.563	6.837	1.248.400
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.241.563	0	1.241.563

(continua)

(continuação)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.837	6.837
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	46	46
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.116	5.116
5.05.02.06	Ganho Atuarial em Benefício Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	1.675	1.675
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-259	463.072	-462.845	0	-32
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	462.845	-462.845	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-259	0	259	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-32	0	-32
5.06.04	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	227	-227	0	0
5.07	Saldos Finais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999

E.12 DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 a 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções e Ações em Tesouraria		Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
			Outorgadas					
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	59.269		2.224.549	0	6	5.980.597
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	59.269		2.224.549	0	6	5.980.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	14.389		0	-743.527	0	-729.138
5.04.06	Dividendos	0	0		0	-581.943	0	-581.943
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-147.195		0	0	0	-147.195
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	161.584		0	-161.584	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0		0	1.225.143	43.498	1.268.641
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0		0	1.225.143	0	1.225.143
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0		0	0	43.498	43.498
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0		0	0	-18	-18
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0		0	0	25.455	25.455
5.05.02.06	Ganho Atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0		0	0	18.061	18.061
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-606	482.083		-481.616	0	-139
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	481.616		-481.616	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-606	0		606	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0		-139	0	-139
5.06.04	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	467		-467	0	0
5.07	Saldos Finais	3.696.773	73.052	2.706.632		0	43.504	6.519.961

E.13 DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
7.01	Receitas	29.784	56.389	5
7.01.02	Outras Receitas	29.784	56.389	5
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens e Outras Receitas	29.784	56.389	5
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	6.127	-14.566	4.877
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	6.127	-14.566	-6.022
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	10.899
7.03	Valor Adicionado Bruto	35.911	41.823	4.882
7.04	Retenções	0	-22.896	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-22.896	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	35.911	18.927	4.882
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.633.181	1.340.248	1.382.770
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.457.750	1.208.325	1.262.503
7.06.02	Receitas Financeiras	175.398	131.889	120.245
7.06.03	Outros	33	34	22
7.06.03.01	Dividendos de Investimentos a Custo	33	34	22
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.669.092	1.359.175	1.387.652
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.669.092	1.359.175	1.387.652
7.08.01	Pessoal	5.180	4.319	4.064
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.526	14.942	84.832
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	134.920	98.351	73.613
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.503.466	1.241.563	1.225.143
7.08.04.02	Dividendos	871.309	778.718	743.527
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	632.157	462.845	481.616

E.14 DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	20.966.049	19.480.382	16.378.545
1.01	Ativo Circulante	9.911.349	9.502.357	7.903.941
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.702.893	2.827.369	2.276.069
1.01.02	Aplicações Financeiras	803.304	1.441.813	1.149.132
1.01.03	Contas a Receber	3.199.661	2.647.443	2.341.075
1.01.03.01	Cientes	3.167.164	2.604.101	2.321.537
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	32.497	43.342	19.538
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	29.787	43.342	19.361
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	2.710	0	177
1.01.04	Estoques	2.495.237	1.925.002	1.592.513
1.01.06	Tributos a Recuperar	628.778	593.462	479.975
1.01.07	Despesas Antecipadas	81.476	67.268	65.177
1.02	Ativo Não Circulante	11.054.700	9.978.025	8.474.604
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.218.142	1.657.476	1.386.683
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	456.347	120.322	107.881
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.618	10.618	10.618
1.02.01.03	Contas a Receber	168.746	149.638	131.112
1.02.01.03.01	Cientes	152.239	143.806	124.478
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.507	5.832	6.634
1.02.01.06	Tributos Diferidos	558.993	462.573	376.132
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	558.993	462.573	376.132
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	146.664	131.228	97.805
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	490	10.858	10.858
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	0	10.368	10.368
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490	490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	876.284	772.239	652.277
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	135.449	75.404	37.365
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	740.835	696.835	614.912
1.02.02	Investimentos	103.728	70.465	58.941

E.15 DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.02.01	Participações Societárias	103.728	70.465	58.941
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	100.914	67.651	56.127
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.814	2.814	2.814
1.02.03	Imobilizado	5.438.895	5.091.971	4.860.225
1.02.04	Intangível	3.293.935	3.158.113	2.168.755

E.16 DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	20.966.049	19.480.382	16.378.545
2.01	Passivo Circulante	3.833.391	5.692.082	3.764.492
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	404.313	294.579	297.654
2.01.02	Fornecedores	1.460.532	1.279.502	968.950
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.390.204	1.196.876	907.138
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	70.328	82.626	61.812
2.01.03	Obrigações Fiscais	385.687	273.234	230.244
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.097.855	3.442.364	1.829.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.048.098	2.554.730	1.767.824
2.01.04.02	Debêntures	47.372	884.900	60.377
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.385	2.734	1.788
2.01.05	Outras Obrigações	420.703	322.217	352.978
2.01.05.02	Outros	420.703	322.217	352.978
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	298.791	218.375	242.207
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	97.492	80.392	93.040
2.01.05.02.05	Receita Diferida	24.420	23.450	17.731
2.01.06	Provisões	64.301	80.186	84.677
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.322	64.169	69.306
2.01.06.02	Outras Provisões	18.979	16.017	15.371
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.232	4.598	3.449
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	13.747	11.419	11.922
2.02	Passivo Não Circulante	9.158.529	6.061.705	6.067.167
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.803.753	4.932.848	5.139.637
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.561.401	3.489.586	3.697.999

(continua)

(continuação)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.01.02	Debêntures	2.198.843	1.398.952	1.399.035
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	43.509	44.310	42.603
2.02.02	Outras Obrigações	109.547	86.090	90.731
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.372	4.372	3.872
2.02.02.02	Outros	105.175	81.718	86.859

E.17 DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	94.139	74.009	77.725
2.02.02.02.04	Receita Diferida	11.036	7.709	9.134
2.02.03	Tributos Diferidos	266.004	152.847	101.499
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	266.004	152.847	101.499
2.02.04	Provisões	979.225	889.920	735.300
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	684.660	623.272	569.714
2.02.04.02	Outras Provisões	294.565	266.648	165.586
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	69.484	66.204	66.212
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	112.848	108.372	99.374
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	112.233	92.072	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.974.129	7.726.595	6.546.886
2.03.01	Capital Social Realizado	3.838.686	3.838.686	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	546.607	547.462	20.246
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.590	5.848	6.107
2.03.04	Reservas de Lucros	3.468.280	3.255.662	2.753.331
2.03.04.01	Reserva Legal	472.350	397.177	335.099
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.996.583	1.439.461	1.038.467
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	157.162	188.976	161.584
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-490.881	-103.018	-114.885
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.953	7.149	5.428
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	66.925	43.192	38.076
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	29.088	28.596	26.925

E.18 DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	75.655.274	67.736.298	60.940.246
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-68.933.702	-62.304.631	-56.165.382
3.03	Resultado Bruto	6.721.572	5.431.667	4.774.864
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.770.926	-3.161.559	-2.635.824
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.516.561	-2.158.659	-1.756.376
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.321.341	-1.130.303	-1.012.316
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-1.321.341	-1.130.303	-1.012.316
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	77.860	143.892	137.861
3.04.04.01	Outros Resultados Operacionais, líquidos	50.584	106.914	97.581
3.04.04.02	Resultado na Venda de Bens	27.276	36.978	40.280
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.884	-16.489	-4.993
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.950.646	2.270.108	2.139.040
3.06	Resultado Financeiro	-703.338	-445.407	-337.605
3.06.01	Receitas Financeiras	426.429	366.009	240.562
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.129.767	-811.416	-578.167
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.247.308	1.824.701	1.801.435
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-734.336	-573.488	-572.722
3.08.01	Corrente	-719.523	-551.743	-481.726
3.08.02	Diferido	-14.813	-21.745	-90.996
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.512.972	1.251.213	1.228.713
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.512.972	1.251.213	1.228.713
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.503.466	1.241.563	1.225.143
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9.506	9.650	3.570
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,76490	2,27530	2,29380
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,74330	2,25920	2,28400

E.19 DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.512.972	1.251.213	1.228.713
4.02	Outros Resultados Abrangentes	35.537	6.837	43.500
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	7.733	46	-18
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	23.733	5.116	25.455
4.02.03	Ganhos Atuariais de Benefício Pós-Emprego	4.071	1.675	18.063
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.548.509	1.258.050	1.272.213
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.539.003	1.248.400	1.268.641
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9.506	9.650	3.572

E.20 DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.201.679	2.650.696	2.120.686
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.121.546	3.119.688	2.686.534
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.512.972	1.251.213	1.228.713
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	10.884	16.489	4.993
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	1.002.647	887.827	778.937
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS s/ Depreciação	12.146	12.667	12.368
6.01.01.05	Despesas com Retirada de Tanques	-3.949	-4.026	-5.435
6.01.01.06	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	1.582.579	964.788	612.095
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.813	21.745	90.996
6.01.01.08	Resultado na Venda de Bens	-27.276	-36.978	-40.280
6.01.01.09	Outros	13.313	3.924	-172
6.01.01.10	Dividendos Recebidos	3.417	2.039	4.319
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-454.980	99.022	-185.819
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes (AC)	-615.381	-212.325	-8.357
6.01.02.02	Estoques (AC)	-615.390	-184.339	-298.930
6.01.02.03	Impostos a Recuperar (AC)	-60.141	-106.778	-2.016

(continua)

(continuação)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
6.01.02.04	Demais Contas a Receber (AC)	13.555	-8.209	1.102
6.01.02.05	Despesas Antecipadas (AC)	-14.209	8.116	-11.366
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	181.030	192.061	-328.785
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais (PC)	109.734	-19.614	45.128
6.01.02.08	Obrigações Tributárias (PC)	29.969	19.086	8.649
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contr. Social (PC)	504.495	437.068	350.813
6.01.02.10	Benefícios Pós-Emprego (PC)	0	-503	1.887
6.01.02.11	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PC)	-18.847	-5.137	19.792
6.01.02.12	Receita Diferida (PC)	970	568	-323
6.01.02.13	Demais Contas a Pagar (PC)	29.235	-20.972	36.587
6.01.03	Outros	-464.887	-568.014	-380.029
6.01.03.01	Contas a Receber (ANC)	-8.433	-19.328	13.031
6.01.03.02	Impostos a Recuperar (ANC)	-60.045	-38.039	11.705

E.21 DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
6.01.03.03	Depósitos Judiciais (ANC)	-44.000	-80.639	-81.183
6.01.03.04	Demais Contas a Receber (ANC)	-10.675	802	2.221
6.01.03.05	Despesas Antecipadas (ANC)	-15.437	461	-18.153
6.01.03.06	Benefícios Pós-Emprego (PNC)	10.868	9.521	8.283
6.01.03.07	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas (PNC)	61.388	-11.959	18.751
6.01.03.08	Demais Contas a Pagar (PNC)	20.130	-10.814	-21.839
6.01.03.09	Receita Diferida (PNC)	3.327	-1.425	-719
6.01.03.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-422.010	-416.594	-312.126
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-801.796	-1.540.230	-1.287.900
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	573.446	-305.123	-156.917
6.02.02	Aquisição de Investimentos Líquidos	0	0	-6.033

(continua)

(continuação)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
6.02.03	Caixa e Equivalentes de Caixa - Aquisição Extrafarma	0	9.123	0
6.02.05	Aquisição de Imobilizado	-803.503	-705.936	-661.215
6.02.06	Aquisição de Intangível	-609.600	-608.881	-542.936
6.02.07	Receita com a Venda de Bens	78.941	99.087	102.646
6.02.08	Aporte de Capital em Empreendimentos Controlados em Conjunto	-41.080	-28.500	-24.945
6.02.09	Redução de Capital em Coligada	0	0	1.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.520.699	-539.348	-578.857
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	2.384.589	1.815.562	1.446.024
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-2.824.543	-925.356	-760.626
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-855.190	-639.122	-548.497
6.03.04	Contraprestação de Arrendamento Mercantil	-5.174	-5.545	-4.348
6.03.05	Dividendos Pagos	-831.654	-783.021	-711.410
6.03.07	Sociedades Relacionadas	0	500	0
6.03.10	Aquisição de Participação Acionistas Não Controladores de Controladas	-9	-106	0
6.03.11	Custos na Emissão de Ações	0	-2.260	0
6.03.12	Aquisição de Ações de Própria Emissão para Manutenção em Tesouraria	-388.718	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-3.660	-19.818	1.026
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-124.476	551.300	254.955
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.827.369	2.276.069	2.021.114
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.702.893	2.827.369	2.276.069

E.22 DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 a 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria				Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Reservas de Lucro	Reservas de Lucro	Reservas de Lucro	Reservas de Lucro					
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999	28.596	7.726.595		
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999	28.596	7.726.595		
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-420.532	0	-871.309	0	-1.291.841	-9.014	-1.300.855		
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-388.718	0	0	0	-388.718	0	-388.718		
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-714.147	0	-714.147	0	-714.147		
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-188.976	0	0	0	-188.976	0	-188.976		
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	157.162	0	-157.162	0	0	0	0		
5.04.11	Dividendos de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-2.757	-2.757		
5.04.12	Aquisição de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-9	-9		
5.04.13	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-6.248	-6.248		

(continua)

Código da Conta	Descrição da Conta	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria							Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
		Capital Social Integralizado	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado		
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.503.466	35.537	1.539.003	9.506	1.548.509		
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.503.466	0	1.503.466	9.506	1.512.972		
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	35.537	35.537	0	35.537		
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	7.733	7.733	0	7.733		
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	23.733	23.733	0	23.733		
5.05.02.06	Ganho Atuarial em Benefício Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	4.071	4.071	0	4.071		
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-258	-632.157	0	-120	0	-120		
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-632.157	0	0	0	0		
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-258	258	0	0	0	0		
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-120	0	-120	0	-120		
5.06.04	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	-138	0	0	0	0		
5.07	Saldos Finais	3.838.686	218.478	3.801.999	85.878	7.945.041	29.088	7.974.129		

E.23 DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 a 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria		Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro						
5.01	Saldo Iniciais	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961	26.925	6.546.886	
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961	26.925	6.546.886	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.913	566.475	0	-778.718	0	-70.330	-7.979	-78.309	
5.04.01	Aumentos de Capital	141.913	0	0	0	0	141.913	0	141.913	
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-2.260	0	0	0	-2.260	0	-2.260	
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	42.531	0	0	0	42.531	0	42.531	
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-589.742	0	-589.742	0	-589.742	
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-161.584	0	0	0	-161.584	0	-161.584	
5.04.09	Ágio com Subscrição de Ações	0	498.812	0	0	0	498.812	0	498.812	
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	188.976	0	-188.976	0	0	0	0	
5.04.11	Dividendos de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-2.714	-2.714	
5.04.12	Aquisição de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-106	-106	

(continua)

Código da Conta	Descrição da Conta	Reservas de Capital, Opções							Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
		Capital Social Integralizado	Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido			
5.04.13	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	0	-5.159	-5.159
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.241.563	6.837	1.248.400	9.650	9.650	1.258.050
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.241.563	0	1.241.563	9.650	9.650	1.251.213
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.837	6.837	0	0	6.837
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	46	46	0	0	46
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.116	5.116	0	0	5.116
5.05.02.06	Ganho Atuarial em Benefício Pós- Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	1.675	1.675	0	0	1.675
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-259	463.072	-462.845	0	-32	0	0	-32
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	462.845	-462.845	0	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-259	0	259	0	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-32	0	-32	0	0	-32
5.06.04	Transferência para reserva estatutária	0	0	227	-227	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.838.686	639.268	3.169.704	0	50.341	7.697.999	28.596	28.596	7.726.595

E.24 DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 a 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	3.696.773	59.269	2.224.549	0	6	5.980.597	25.481	6.006.078
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	3.696.773	59.269	2.224.549	0	6	5.980.597	25.481	6.006.078
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	14.389	0	-743.527	0	-729.138	-2.128	-731.266
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-581.943	0	-581.943	0	-581.943
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-147.195	0	0	0	-147.195	0	-147.195
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	161.584	0	-161.584	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-4.295	-4.295
5.04.11	Dividendos Prescritos de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	4.097	4.097
5.04.12	Dividendos Propostos de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-1.930	-1.930
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.225.143	43.498	1.268.641	3.572	1.272.213
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.225.143	0	1.225.143	3.570	1.228.713
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	43.498	43.498	2	43.500
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-18	-18	0	-18
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	25.455	25.455	0	25.455

(continua)

Código da Conta	Descrição da Conta	Reservas de Capital, de Capital, Opções										Patrimônio Líquido Consolidado
		Capital Social Integralizado	Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido			
5.05.02.06	Ganho Atuarial em Benefícios Pós- Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	18.061	0	18.061	2	18.061	0	18.063
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-606	482.083	-481.616	0	-139	0	0	-139	0	-139
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	481.616	-481.616	0	0	0	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-606	0	606	0	0	0	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-139	0	-139	0	0	-139	0	-139
5.06.04	Transferência para reserva estatutária	0	0	467	-467	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961	26.925	6.546.886			

E.25 DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 a 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 a 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 a 31/12/2013
7.01	Receitas	77.603.038	69.385.549	62.377.870
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	77.548.533	69.263.781	62.248.767
7.01.02	Outras Receitas	77.860	143.892	137.861
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens e Outras Resultados Operacionais, Líquidos	77.860	143.892	137.861
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-23.355	-22.124	-8.758
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-71.044.687	-63.968.276	-57.641.123
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-64.712.767	-58.242.795	-53.018.066
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.178.765	-1.904.000	-1.705.906
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-6.199	-4.405	14.184
7.02.04	Outros	-4.146.956	-3.817.076	-2.931.335
7.02.04.01	Matérias-Primas Consumidas	-4.146.956	-3.817.076	-2.931.335
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.558.351	5.417.273	4.736.747
7.04	Retenções	-1.014.793	-900.494	-791.305
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.002.647	-887.827	-778.937
7.04.02	Outras	-12.146	-12.667	-12.368
7.04.02.01	Créditos de PIS e COFINS sobre Depreciação	-12.146	-12.667	-12.368
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.543.558	4.516.779	3.945.442
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	534.146	450.520	320.121
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.884	-16.489	-4.993
7.06.02	Receitas Financeiras	426.429	366.009	240.562
7.06.03	Outros	118.601	101.000	84.552
7.06.03.01	Aluguéis e <i>Royalties</i>	118.601	101.000	84.552
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.077.704	4.967.299	4.265.563
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.077.704	4.967.299	4.265.563
7.08.01	Pessoal	1.704.536	1.402.036	1.220.388
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.603.455	1.370.026	1.185.211
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.256.741	944.024	631.251
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.512.972	1.251.213	1.228.713
7.08.04.02	Dividendos	874.066	781.432	745.457
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	638.906	469.781	483.256

E.26 Relatório da Administração 2015

Prezados acionistas,

A administração da ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES SA (Ultrapar) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativos ao ano de 2015. Tais informações vêm acompanhadas por relatório dos auditores independentes sem ressalvas, que foi discutido e revisado pela Administração.

E.26.1 Perfil da companhia

A Ultrapar é uma companhia multinegócios com posição de liderança em cinco diferentes segmentos de atuação. Opera com grande capilaridade e cobertura de todo o território brasileiro na distribuição e varejo especializado por meio da Ipiranga, no setor de combustíveis, da Ultragaz, no Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, e da Extrafarma, no varejo farmacêutico. Atua também na indústria de especialidades químicas por meio da Oxiteno, que desfruta de posição de liderança na América Latina, e na armazenagem de granéis líquidos por meio da Ultracargo, com presença em seis portos do Brasil.

A Ultrapar mantém, desde 1999, ações listadas na New York Stock Exchange (NYSE), com ADRs Nível III, e na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), tendo ingressado em 2011 no Novo Mercado.

E.26.2 Mensagem da Administração 2015 - Governança, estratégia e criação de valor

Em um ano marcado pela deterioração da economia e por uma crise política com reflexos importantes na disposição do empresariado para investir, a Ultrapar se beneficiou de sua opção estratégica por negócios resilientes, com larga escala operacional e oportunidades para diferenciação. A companhia teve segurança para executar seu plano de investimentos, cujos valores vêm crescendo ano a ano, e preservou sua posição financeira sólida e estável, traço característico de sua cultura de negócios. Os resultados refletiram as decisões e os investimentos de anos anteriores e continuaram a apresentar crescimento, mesmo face às condições econômicas mais desafiadoras. A Ultrapar registrou em 2015 um Ebitda consolidado de R\$ 4,0 bilhões, montante superior em 25% ao verificado em 2014. Na mesma base de comparação, o lucro líquido apresentou crescimento de 21%, tendo atingido R\$ 1,5 bilhão.

Como mais um passo importante na evolução constante da nossa governança corporativa e na direção de uma companhia mais plural e sólida, tivemos a renovação de parte do Conselho de Administração, com o ingresso de profissionais com novas experiências e competências para fortalecer o processo de tomada de decisão da companhia. Também houve mudanças na diretoria executiva, com a transferência de André Covre, após oito anos como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, para assumir a posição de Diretor Superintendente da Extrafarma e a chegada de André Pires para ocupar a cadeira de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Para que a nossa cultura multinegócios mantenha-se em desenvolvimento, a Ultrapar deu novos passos em 2015 no sentido de aprofundar a preparação de sua liderança para lidar com desafios futuros, com a demanda por novas competências e oportunidades de negócios. Foi lançado, por esse motivo, um vigoroso programa de desenvolvimento com o objetivo de manter a companhia abastecida de líderes capacitados, dotados de flexibilidade e adaptabilidade em todos os negócios do Ultra.

Aproveitando a posição diferenciada conquistada em cada um de seus negócios e o profundo conhecimento em seus mercados de atuação, a Ultrapar seguiu inovando em produtos e serviços e aprofundou a criação de valor cruzada entre seus negócios, como, por exemplo, a estratégia de abrir unidades da Extrafarma em postos Ipiranga. As farmácias agregam mais valor aos pontos de venda, ampliando a conveniência e a diferenciação, fortalecendo o fluxo de clientes e alavancando a rentabilidade. Simultaneamente, essa estratégia oferece à Extrafarma um acelerador decrescimento.

A Ipiranga manteve, em 2015, a sua estratégia de expansão da rede de postos, fundamentada principalmente no embandeiramento de postos bandeira branca e na abertura de novos postos. Essa estratégia abrange o Brasil todo, com alvo principal nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que oferecem uma combinação de atrativos: ao mesmo tempo em que são as áreas em que existem mais postos passíveis de embandeiramento são também as que registram os índices mais altos de crescimento de consumo de combustíveis no país. Em 2015, a rede de postos Ipiranga cresceu 2%, totalizando 7.230 pontos de venda.

Além disso, na frente de diferenciação pela diversificação e inovação em produtos, serviços e conveniência, a Ipiranga ampliou sua rede am/pm, a maior rede de lojas de conveniência no país, em 12% em 2015, atingindo um total de 1.909 unidades. A Ipiranga apresentou em São Paulo novas configurações do conceito am/pm, com o início da am/pm Super Store, em São Paulo, que amplia a oferta de conveniência em postos urbanos oferecendo produtos frescos – frutas, verduras, carnes – e uma gama mais ampla na linha de refeições rápidas. Também foi inaugurado em São Paulo o piloto da am/pm Estação, modelo desenvolvido para postos localizados em rodovias, com maior oferta de conveniência e cuidados pessoais para motoristas e viajantes que cruzam longas distâncias.

Na execução da estratégia de buscar liderança em tensoativos nas Américas, a Oxiteno aprovou em novembro a construção de uma planta de alcoxilação em Pasadena, no estado do Texas (EUA), com investimentos previstos de US\$ 113 milhões até 2017. Com esta planta, a Oxiteno ampliará significativamente sua presença e competitividade no maior mercado de tensoativos do mundo, o dos Estados Unidos, e fortalecerá sua posição no bloco do NAFTA onde desfrutará de matéria-prima competitiva e logística eficiente.

A Ultragaz continuou a se valer da resiliência de seu mercado e do forte diferencial competitivo de sua marca e da rede de revenda. Seguindo seu foco de atuação mais diferenciado e a tradição de criar novos nichos de mercados e canais de venda, a Ultragaz acelerou a implementação em 2015 do UltraPronto, uma modalidade de contratação

dos serviços no segmento granel, lançada em 2014, que permite a instalação por meio de um conceito *turnkey* que reduz em 30% o prazo de execução do projeto no cliente. Como outros exemplos de ampliação de conveniência aos clientes e expansão do potencial de benefícios cruzados entre negócios do Ultra, a Ultragas passou a vender vale-gás nas lojas am/pm e Extrafarma e a oferecer o programa de fidelidade Km de Vantagens da Ipiranga aos seus clientes.

Em abril de 2015, a Ultracargo vivenciou um incidente de alto impacto que exigiu uma mobilização inédita de recursos para ser superado: um incêndio em seis tanques que operava em Santos. O episódio exigiu esforços da Ultrapar e seus negócios para, em primeiro lugar, colaborar com as autoridades no combate à emergência e prevenir ao máximo seus possíveis impactos sobre terceiros. Depois, superado o incidente, a companhia se mobilizou para administrar suas consequências e promover a reparação e a recuperação do local. Devido ao incidente, as atividades de parte do terminal de Santos (SP) permaneciam suspensas até o término de 2015, o que afetou o ritmo dos negócios da Ultracargo.

Em paralelo, a Ultracargo deu sequência à busca e análise de oportunidades para fortalecer sua posição como operador portuário, valendo-se de sua disposição geográfica, com presença nos mais importantes portos para a movimentação de graneis líquidos no Brasil.

A Extrafarma focou-se ao longo desse ano de transição em elevar seu padrão de gestão de varejo farmacêutico, preparando-se para um movimento de crescimento mais robusto. A unidade promoveu um aprimoramento do padrão de qualidade das lojas, que propicia uma melhor experiência de compra, com capacitação das equipes, melhor comunicação visual e o consumidor como centro das atenções. Para isso, foram realizados investimentos em pesquisas, treinamento das equipes e em um programa envolvendo todos os gerentes das lojas com o objetivo de implementar uma cultura de empreendedorismo e mentalidade de dono.

Em seu conjunto, a Ultrapar e seus negócios chegam a 2016 fortalecidos e preparados para estudar as oportunidades de ganho de mercado que a situação econômica brasileira eventualmente venha a oferecer para companhias administradas com o correto equilíbrio entre prudência e ambição. Em suas escolhas estratégicas até aqui, a companhia tem dado passos importantes para se perenizar como instituição, buscando sempre a geração de valor e o crescimento. Esse é o compromisso da Ultrapar.

E.26.2.1 Filosofia socioambiental, inovação e excelência operacional

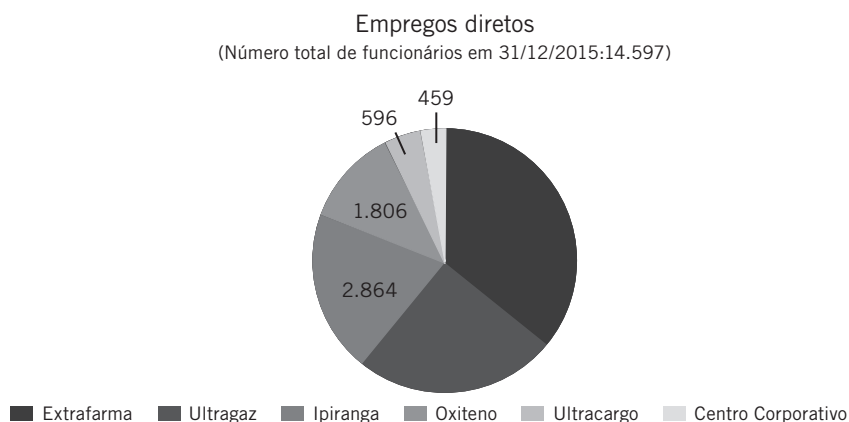
A Ultrapar busca manter a valorização da ética nos negócios, da cultura de cidadania e da excelência nos padrões de saúde, segurança e meio ambiente, cultivando uma história de quase 80 anos com seus *stakeholders*.

O Modelo de Sustentabilidade Ultra abrange cinco pilares – Segurança, Meio Ambiente, Pessoas, Produtos e Serviços e Cadeia de Valor, que se desdobram em 28 indicadores de

desempenho e gestão, e estão alinhados às diretrizes corporativas de sustentabilidade. Em função das especificidades de cada mercado em que operamos, nossos negócios mantêm políticas individuais relacionadas à atuação socioambiental, de saúde e segurança que têm como base essas diretrizes.

E.26.2.2 Pessoas

O capital humano é um componente central na longa trajetória de crescimento da Ultrapar. O modelo de gestão de pessoas adotado pela companhia favorece o desenvolvimento de lideranças e estimula a movimentação de funcionários entre as diferentes áreas, permitindo a troca de experiências profissionais e a disseminação das melhores práticas. Além do programa de desenvolvimento de liderança, a companhia mantém um forte programa de base para estagiários e *trainees*. Em 2015, aproximadamente 300 jovens participaram dos programas de estágio e trainee no Centro Corporativo e nas nossas unidades de negócio. Em adição, cerca de mil funcionários movimentaram-se entre áreas de uma mesma unidade de negócio ou para outras unidades de negócios da companhia, ampliando o escopo de atuação dos profissionais e promovendo a troca das melhores práticas. Também foram realizadas 300 mil horas de treinamento.



E.26.2.3 Clientes, revendedores e fornecedores

A busca da excelência também está presente no relacionamento com os clientes. A paixão pelo cliente move a companhia a empreender esforços para conhecer com maior profundidade as necessidades de seus consumidores, trazendo ao mercado produtos e serviços inovadores e sustentáveis.

Dentro da vertente de diferenciação baseada no uso da inovação em produtos, serviços e conveniência, o Km de Vantagens segue como a principal plataforma de relacionamento com os clientes desenvolvida pela Ipiranga e manteve a posição de maior programa de fidelidade do mercado brasileiro em 2015, com mais de 20 milhões de participantes. No caminho da inovação constante, a Ipiranga lançou, no final de 2015, o Abastece Aí,

aplicativo para *smartphone* que integra as plataformas do ConectCar, Km de Vantagens e do posto, oferecendo maior comodidade e benefícios aos seus clientes. O Abastece Aí propicia uma experiência rápida, segura e prática de pagamento.

A Oxitenio tem ampliado sua presença internacional e a proximidade com os clientes, o que inclui a composição de esforços por meio da cocriação de produtos cada vez mais adequados às necessidades específicas de cada cliente, reforçando sua estratégia de inovação através da diferenciação.

A Ultragas tem como importante frente estratégica a busca de novos clientes entre pequenas e médias empresas, em condomínios residenciais no agronegócio. Um dos pontos fortes da estratégia nesse segmento é a diversificação de soluções para diferentes usos do GLP – um exemplo disso foi o desenvolvimento e lançamento em 2015 de um implemento agrícola utilizado para eliminar ervas daninhas na lavoura sem o uso de agrotóxicos. Desenvolvido tomando como referência modelos importados dos EUA e da França, com as adaptações ao clima tropical o implemento agrícola passou a conservar mais calor e a gastar menos energia, o que representa maior versatilidade e ganhos econômicos.

A Ultracargo, diante do maior desafio de seus 49 anos de história, recebeu apoio de empresas parceiras e clientes, de maneiras diferentes e decisivas, que foi fundamental durante o esforço para o controle e a extinção das chamas que atingiram uma parte do terminal que opera em Santos.

A Extrafarma conta com o Clube Extrafarma, um programa de relacionamento oferecido aos clientes da rede que já possui mais de 3 milhões de participantes cadastrados em sua base. Esta iniciativa tem como objetivo reconhecer a fidelidade de seus clientes, oferecendo produtos e serviços de valor agregado e permitindo que a Extrafarma entenda cada vez mais os hábitos de consumo de seu público.

E.26.2.4 Mercado de capitais

Em 2015, as ações da Ultrapar negociadas na BM&FBOVESPA apresentaram valorização de 17%. Segue tabela comparativa com o desempenho e liquidez das ações da Ultrapar:

	2015	2014	Δ(%) 2015 v 2014
Valor de Mercado ¹ – R\$ milhões	35.693	28.913	23%
Cotação fechamento – UGPA3 (R\$/ação)	60,45	51,45	17%
Cotação fechamento – Ibovespa (pontos)	43.350	50.007	-13%
Cotação fechamento – UGP (US\$/ADRs)	15,33	19,32	-21%
Cotação fechamento – Dow Jones (pontos)	17.604	17.983	-2%
Volume médio/dia ² (ações)	2.130.523	1.710.745	25%
Volume financeiro médio/dia ² (R\$ mil)	136.671	88.896	54%

¹ Calculado a partir do preço médio ponderado do período.

² Inclui dados da BM&FBOVESPA e NYSE

Para o ano de 2015, a Ultrapar declarou dividendos de R\$ 871 milhões, aumento de 12% comparado ao ano anterior. Esse montante representa um *dividend yield* de 2,5% sobre o preço médio das ações em 2015. Adicionalmente, foram recompradas 6,1 milhões de ações da Ultrapar, que representam 1,1% do total de ações em circulação.

E.26.2.5 Relacionamento com Auditores Independentes

As políticas da Ultrapar e de suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesse se perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Ultrapar e suas controladas não contrataram, junto aos seus auditores independentes, trabalhos não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras. O valor total dos honorários aos auditores independentes relacionados a serviços de auditoria referentes às demonstrações financeiras de 2015 foi de R\$5,9 milhões.

A Deloitte Touche Tohmatsu iniciou seus serviços de auditoria externa para a Ultrapar em 2012.

E.26.3 Análise do desempenho financeiro de 2015

E.26.3.1 Padrões e critérios aplicados na preparação das informações

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Ultrapar. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Ultrapar e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da companhia. As informações da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Em setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Extrafarma. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da associação pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma. Os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados pela Ultrapar nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de fevereiro de 2014. Consequentemente, as demonstrações financeiras da Ultrapar em períodos anteriores a 1º de fevereiro de 2014 não incluem os resultados da Extrafarma, e os dados de desempenho da mesma incluídos neste relatório referem-se, para o ano de 2014, somente aos meses de fevereiro a dezembro de 2014.

As informações denominadas Lajida (Ebitda) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; e Lajir (Ebit) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão apresentadas de acordo com a Instrução n. 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue abaixo o cálculo do Ebitda a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	Δ(%)		
	2015	2014	2015 v 2014
Lucro líquido	1.513	1.251	21%
(+) Imposto de renda e contribuição social	734	573	
(+) Despesa (receita) financeira líquida	703	445	
(+) Depreciação e amortização	1.003	888	
Ebitda	3.953	3.158	25%

O Ebitda apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa financeira, líquida e (iii) da depreciação e amortização, de acordo com a ICVM 527/12. A divulgação de informações sobre o Ebitda visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o Ebitda como referência em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme comentado na nota explicativa n. 14 das demonstrações financeiras. Acreditamos que o Ebitda permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de Ebitda pode diferir de, e, consequentemente, não ser comparável com, nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando, assim, seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o Ebitda é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O Ebitda apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

E.26.3.2 Desempenho comparativo 2015-2014

(Reais Mil)

	2015	2014	Δ(%) 2015 v 2014
Receita líquida de vendas e serviços	75.655	67.736	12%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(68.934)	(62.305)	11%
Lucro bruto	6.722	5.432	24%
Despesas gerais, adm., com vendas ecomerciais	(3.838)	(3.289)	17%
Outros resultados operacionais, líquidos	51	107	
Resultado na venda de bens	27	37	-26%
Lucro operacional	2.962	2.287	30%
Ebitda	3.953	3.158	25%
Depreciações e amortizações	1.003	888	13%
Equivalência patrimonial	(11)	(16)	

E.26.3.3 Ambiente econômico-operacional

O ambiente de negócios seguiu desafiador em 2015, com a combinação de desaceleração econômica, redução dos níveis de emprego, inflação acima da meta, juros ascendentes e desvalorização do Real. A instabilidade política criou obstáculos na aprovação dos ajustes fiscais necessários para o país, resultando no rebaixamento de notas do Brasil por agências de *rating*. Com o intuito de conter os crescentes índices de inflação verificados ao longo do ano, o Banco Central elevou a taxa de juros básica da economia, de 11,75% ao final de 2014 para 14,25% ao final de 2015. A projeção para o crescimento do PIB em 2015, divulgado pelo Boletim Focus do Banco Central, começou o ano com perspectiva de crescimento de 0,5% e encerrou apontando para uma retração de quase 4%. A cotação média do dólar frente ao Real em 2015 foi de R\$ 3,33/US\$ em comparação a R\$ 2,35/US\$ em 2014, um aumento de 42%. O número de veículos leves licenciados totalizou 2,5 milhões, permitindo um crescimento estimado em 3% na frota em 2015. A desaceleração na economia global e as decisões de produção dos países membros da OPEP tiveram influência sobre o preço internacional do petróleo, que iniciou o ano cotado a US\$ 56/barril (Brent), permanecendo estável no primeiro semestre e encerrando 2015 a US\$ 36/barril. A queda no preço do petróleo e os aumentos de preço de derivados nas refinarias brasileiras mantiveram os preços médios internos acima dos preços internacionais. No mercado petroquímico, dados da ABIQUIM mostraram queda de 7% em 2015 no Consumo Aparente Nacional. No varejo farmacêutico, segundo dados das associadas da Abrafarma, as vendas foram 12% maiores em 2015, seguindo em crescimento nominal, porém inferior ao apresentado nos últimos anos.

E.26.3.4 Desempenho operacional

		2015	2014	Δ(%) 2015 v 2014
Ipiranga	Volume Total (milm³)	25.725	25.614	0%
	Diesel	13.096	13.309	-2%
	Gasolina, Etanol e GNV	12.249	11.952	2%
	Outros ¹	380	353	8%
¹ Óleos Combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas				
Oxitenó	Volume Total (miltons)	725	780	-7%
	Composição por produto			
	Especialidades	618	673	-8%
	Glicóis	107	107	0%
	Composição por geografia			
	Vendas no Brasil	522	557	-6%
Vendas no Mercado Externo	203	222	-9%	
Ultragaz	Volume Total (miltons)	1.697	1.711	-1%
	Envasado	1.168	1.155	1%
	Granel	529	556	-5%
Ultracargo	Armazenagem efetiva ² (mil m ³)	655	715	-8%
² média mensal				
Extrafarma	Número de lojas	254	223	14%

Na Ipiranga, o volume vendido em 2015 apresentou um leve crescimento de 0,4% sobre 2014. O volume vendido de gasolina, etanol e gás natural veicular (ciclo Otto) em 2015 cresceu 2% em relação a 2014, em função do crescimento estimado de 3% da frota de veículos leves e dos investimentos realizados em novos postos e embandeiramentos, parcialmente compensado pelos efeitos do crescimento do desemprego ao longo do ano, e consequente impacto no consumo das famílias. O volume total de diesel caiu 2%, fruto do fraco desempenho da economia. Na Oxitenó, o volume vendido de especialidades apresentou queda de 8% em relação ao ano anterior, principalmente em função do efeito da retração da economia brasileira, levando a uma queda de 7% no volume total em relação a 2014. O volume vendido pela Ultragaz apresentou queda de 1% sobre 2014, principalmente em função da retração da economia sobre o segmento granel, parcialmente compensada por captura de clientes nos segmentos de pequenas e médias empresas e condomínios e pelo crescimento de 1% no segmento envasado. A armazenagem média da Ultracargo caiu 8% em relação a 2014, em decorrência, sobretudo, da indisponibilidade parcial do terminal de Santos por conta do incêndio ocorrido no início de abril, parcialmente compensado por maior demanda de combustíveis em Suape e Aratu. A Extrafarma encerrou o ano com crescimento de 14% sobre 2014 no número médio de lojas, em comparação a um crescimento de 8% da Abrafarma, ganhando duas posições em relação a dezembro de 2014 no ranking da Abrafarma, finalizando o ano na 6.^a posição.

E.26.3.5 Receita líquida de vendas e serviços

A Ultrapar apresentou em 2015 uma receita líquida de vendas e serviços de R\$ 75.655 milhões, crescimento de 12% em relação a 2014. Na mesma comparação, a receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 11%, fruto principalmente dos aumentos dos custos do diesel e da gasolina nas refinarias em novembro de 2014 e setembro de 2015, além do aumento da CIDE, PIS e Cofins sobre gasolina e diesel a partir de fevereiro de 2015, com reflexos nos custos de etanol. A Oxiteno apresentou crescimento de 20% na receita líquida, principalmente em função do Real 42% mais depreciado e de seu foco estratégico em especialidades químicas, parcialmente compensados pelo menor volume de vendas e pela queda dos preços das principais matérias-primas. A receita líquida da Ultragas foi de R\$ 4.621 milhões em 2015, 13% superior a 2014, principalmente em função dos aumentos do custo do GLP nas refinarias para uso no segmento granel, realizados em dezembro de 2014, em setembro de 2015 e em dezembro de 2015, e para o segmento envasado, em setembro de 2015. A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 316 milhões, 9% abaixo na comparação com 2014, principalmente em função da indisponibilidade parcial do terminal de Santos, decorrente de incêndio. A receita líquida da Extrafarma cresceu 21% em função do maior número médio de lojas e do crescimento de 11% no same store sales ex-telefonía (vendas nas lojas abertas há mais de 12 meses).

E.26.3.6 Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 68.934 milhões em 2015, aumento de 11% em relação a 2014. O custo dos produtos vendidos da Ipiranga foi 11% superior ao de 2014, em função principalmente dos aumentos promovidos pela Petrobras e do aumento da CIDE nos custos do diesel e da gasolina e do maior volume vendido. O custo dos produtos vendidos da Oxiteno apresentou aumento de 7% em relação a 2014, em função do Real 42% mais depreciado, parcialmente compensado pela redução de 22% no custo variável unitário em dólar e pela redução do volume vendido. O custo dos produtos vendidos da Ultragas foi 12% superior ao de 2014, explicado pelo aumento do custo do GLP para uso nos segmentos granel e envasado pela Petrobras e pelos efeitos da inflação sobre os gastos com pessoal. O custo dos serviços prestados pela Ultracargo apresentou aumento de 7% sobre o de 2014, em razão dos efeitos da inflação, principalmente em pessoal. O custo dos produtos vendidos na Extrafarma foram 20% maiores, decorrente de maiores vendas e do reajuste anual dos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED).

E.26.3.7 Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 6.722 milhões em 2015, aumento de 24% em relação a 2014, em função do crescimento do lucro bruto em todas as unidades de negócio, exceto a Ultracargo, que observou queda em função do incêndio ocorrido em Santos.

E.26.3.8 Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R\$ 3.838 milhões em 2015, 17% acima de 2014, em função dos efeitos da inflação sobre as despesas e de efeitos específicos em cada negócio. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ipiranga apresentaram aumento de 12% em relação a 2014 decorrentes (i) da expansão da rede de distribuição, (ii) de maiores despesas com fretes, principalmente função dos aumentos no diesel e (iii) da maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Oxiteno aumentaram 32% sobre 2014, em função (i) de maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, (ii) da desvalorização do Real sobre despesas logísticas e das unidades internacionais e (iii) dos efeitos da inflação. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz aumentaram 18% sobre 2014, principalmente em função de maiores despesas com remuneração variável, em linha com a progressão de resultados e de maiores despesas de propaganda e marketing com a campanha de relançamento da marca Ultragaz, destacando os atributos de sua atual estratégia focada em conveniência e na disponibilização de serviços ao consumidor. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultracargo subiram 7%, excluindo as despesas relacionadas ao incêndio destacadas a seguir em “Outros resultados operacionais”. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma aumentaram 29%, em função (i) do crescimento de 14% no número médio de lojas, (ii) da adição de despesas para estruturação do crescimento mais acelerado ao longo de 2014 e (iii) do início da operação do novo centro de distribuição do Ceará ao final de 2014, parcialmente compensados por menores despesas com integração.

E.26.3.9 Outros resultados operacionais

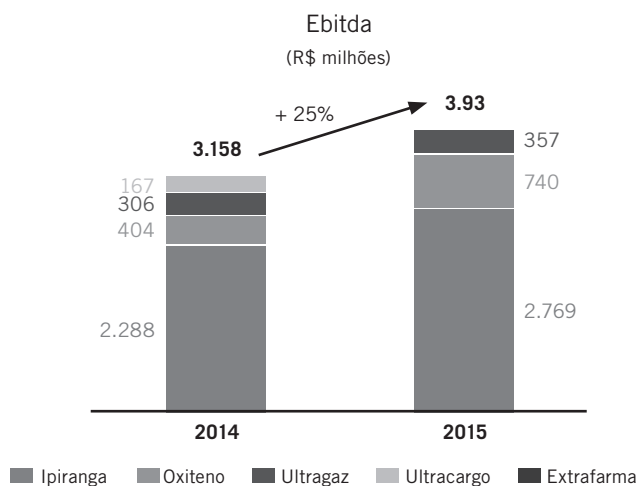
A Ultrapar registrou em 2015 uma receita, líquida de despesas, em outros resultados operacionais de R\$ 51 milhões, R\$ 56 milhões inferior ao resultado registrado em 2014, em função (i) de receitas decorrentes da estratégia de constante inovação em serviços e conveniência na Ipiranga, (ii) do reconhecimento de receitas não recorrentes de R\$ 14 milhões, referente ao ajuste final de capital de giro e endividamento da aquisição da Extrafarma, e de R\$ 16 milhões, referentes a um processo judicial de uso de marca ganho pela Ultrapar, parcialmente compensados por despesas relacionadas ao incêndio ocorrido no terminal da Ultracargo em Santos, com impacto de R\$ 92 milhões.

E.26.3.10 Resultado na venda de bens

A Ultrapar registrou em 2015 uma receita líquida na venda de bens de R\$27 milhões, R\$10 milhões abaixo do resultado registrado em 2014.

E.26.3.11 Ebitda

O Ebitda consolidado da Ultrapar atingiu R\$ 3.953 milhões em 2015, crescimento de 25% em relação a 2014. A Ipiranga apresentou um Ebitda de R\$ 2.769 milhões em 2015, 21% acima de 2014, principalmente devido (i) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente, (ii) ao maior volume vendido no ciclo Otto e (iii) a efeitos de importações e ganhos de estoque propiciados pelos ajustes econômicos no mercado brasileiro de derivados. A Oxiteno apresentou Ebitda de R\$ 740 milhões, aumento de 83% sobre 2014, em função principalmente da desvalorização do Real frente ao dólar e de seu foco estratégico em especialidades químicas, parcialmente compensados pelo menor volume vendido. O Ebitda da Ultragas totalizou R\$ 357 milhões, 17% maior que 2014 fruto sobretudo das iniciativas comerciais da companhia, principalmente na captura de pequenas e médias empresas e condomínios, além da expansão de suas revendas. A Ultracargo atingiu Ebitda de R\$ 26 milhões em 2015, queda de 84% em função da menor movimentação, fruto da indisponibilidade parcial do terminal de Santos e das despesas relacionadas ao incêndio. Excluindo as operações de Santos, os demais terminais da Ultracargo apresentaram Ebitda de R\$ 93 milhões, redução de 5%, principalmente em função dos efeitos da retração da economia sobre a movimentação de químicos. A Extrafarma registrou Ebitda de R\$ 29 milhões, queda de 4% em relação a 2014, em função de iniciativas para crescimento mais acelerado, incluindo o início da operação do novo centro de distribuição do Ceará e o crescente ritmo de abertura de lojas, cujos benefícios se produzirão nos próximos anos, parcialmente compensadas pelo crescimento em *same store sales*.



E.26.3.12 Depreciações e amortizações

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2015 foi de R\$ 1.003 milhões, R\$ 115 milhões ou 13% acima de 2014, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

E.26.3.13 Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 2.962 milhões em 2015, 30% acima de 2014, em função do maior lucro operacional obtido na Ipiranga, Oxiteno e Ultragaz.

E.26.3.14 Resulta do financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 703 milhões em 2015, R\$ 258 milhões acima de 2014, principalmente em função (i) do maior CDI no período, (ii) do maior endividamento líquido, em linha com o crescimento da companhia, (iii) de efeitos cambiais no período e (iv) da incidência do PIS/COFINS sobre a receita financeira a partir de julho.

E.26.3.15 Lucro líquido do exercício

O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2015 atingiu R\$ 1.513 milhões, 21% acima do lucro líquido apresentado em 2014, principalmente em função do crescimento do Ebitda entre os períodos, parcialmente compensado pela maior despesa financeira e por maiores despesas e custos com amortização e depreciação, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

E.26.3.16 Endividamento

A Ultrapar encerrou o exercício de 2015 com uma dívida bruta de R\$ 8.902 milhões e caixa bruto de R\$ 3.973 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 4.928 milhões, aumento de R\$ 953 milhões em relação a 2014, em linha com o crescimento da companhia. O endividamento líquido ao final de 2015 corresponde a 1,2x Ebitda dos últimos 12 meses, estável comparado ao índice do final de 2014.

E.26.3.17 Investimentos e perspectivas

A Ultrapar deu sequência, em 2015, a uma estratégia de investimentos voltada à continuidade de crescimento de escala e competitividade, servindo cada vez melhor um número crescente de clientes. Os investimentos, líquidos de desinvestimentos, totalizaram R\$ 1.352 milhões em investimentos orgânicos.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 872 milhões, sendo (i) R\$ 374 milhões na expansão de sua rede de postos (através do embandeiramento de postos bandeira branca, abertura de novos postos e novos clientes) e de franquias am/pm e Jet Oil, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, (ii) R\$ 115 milhões na ampliação da sua infraestrutura logística para atender a demanda crescente, através da construção e ampliação de bases de operação, (iii) R\$ 86 milhões em modernização, principalmente em bases logísticas, e (iv) R\$ 297 milhões na manutenção de suas atividades, principalmente em renovação de contratos de sua rede de distribuição e reforma de postos. Do total dos investimentos realizados pela Ipiranga, R\$ 854 milhões se referem a imobilizações e adições ao intan-

gível, e R\$ 18 milhões são referentes a liberações de financiamentos a clientes, líquidos de repagamentos.

Na Oxiten, o total de investimentos em 2015 foi de R\$ 131 milhões, principalmente na manutenção de suas unidades produtivas e finalização da expansão da capacidade produtiva em Coatzacoalcos, no México.

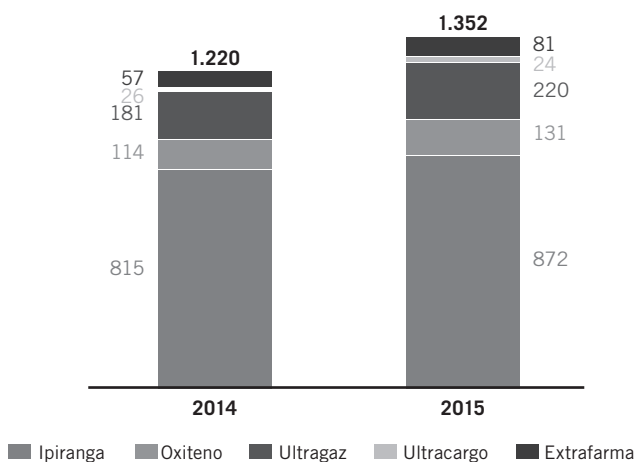
Para a Ultragas foram investidos R\$ 220 milhões, direcionados principalmente para novos clientes do segmento granel, reposição de vasilhames e manutenção das bases de engarrafamento.

A Ultracargo investiu R\$ 24 milhões em 2015, direcionados principalmente à modernização e manutenção dos seus terminais.

A Extrafarma investiu R\$ 81 milhões, destinados principalmente à abertura de novas lojas, manutenção de lojas existentes e projetos de TI voltados ao varejo.

O plano de investimentos da Ultrapar para 2016 totaliza R\$ 1.809 milhões, demonstrando a continuidade de boas oportunidades para crescimento por escala e ganhos de produtividade, assim como a modernização das operações existentes. Na Ipiranga, o plano contempla investimentos de (i) R\$ 354 milhões para manter o ritmo de expansão da sua rede de distribuição (através do embandeiramento de postos bandeira branca e abertura de novos postos) e de franquias am/pm e Jet Oil, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, e em novos centros de distribuição para atender as lojas de conveniência, (ii) R\$ 112 milhões na ampliação da sua infraestrutura logística para suportar seu crescimento, através principalmente da construção e ampliação de bases de operação, e (iii) R\$ 421 milhões na manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos de sua rede de distribuição, reforma de postos, e sistemas de informação para apoiar suas operações. O investimento aprovado para Oxiten totaliza R\$ 460 milhões em 2016. Esse montante inclui US\$ 65 milhões para a construção de nova unidade de etoxilação em seu site no Texas (EUA), conforme anunciado em novembro de 2015, que será concluída até final de 2017. A nova unidade terá capacidade para produção de 170 mil toneladas ao ano em seu estágio final. O valor remanescente será direcionado à modernização e manutenção de suas unidades visando maior produtividade, e a sistemas de informação. Na Ultragas, os R\$ 208 milhões de investimentos serão concentrados principalmente (i) na captura de novos clientes nos segmentos envasado e granel, (ii) na reposição e aquisição de vasilhames, (iii) na ampliação e manutenção de bases de engarrafamento, e (iv) em tecnologia da informação, com foco em sistemas para apoiar suas operações. A Ultracargo deverá investir R\$ 118 milhões principalmente (i) na modernização dos sistemas de segurança dos terminais, (ii) na expansão do terminal de Itaqui, que deverá entrar em operação em 2017, e (iii) na adequação e manutenção da infraestrutura dos terminais existentes. Na Extrafarma, investiremos R\$ 124 milhões, principalmente na abertura de novas lojas e na manutenção de suas atividades.

Distribuição dos investimentos orgânicos
(R\$ milhões)



Mesmo em face da manutenção de um ambiente econômico desafiador, a Ultrapar segue confiante na concretização de uma trajetória de crescimento sustentado, apoiada nas características dos mercados em que opera e no planejamento e execução consistentes das iniciativas estratégicas em cada uma de suas unidades de negócios.

Nesse contexto, devemos continuar colhendo os benefícios dos investimentos realizados no período recente e previstos para 2016, mantendo o crescimento e o protagonismo conquistados nos segmentos em que atuamos.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e demais públicos por mais um ano de crescimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.27 Notas explicativas

E.27.1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações SA (Ultrapar ou Sociedade) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo, SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo – GLP (Ultragaz), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (Ipiranga), na produção e comercialização de produtos químicos (Oxiteno), na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (Ultracargo) e, a partir de

31 de janeiro de 2014, no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos SA (Extrafarma) – vide nota explicativa n. 3.a. Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa n. 29.

E.27.2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa n. 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Ativos financeiros

Conforme o *International Accounting Standards* (IAS) 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimen-

tos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) – *hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) – *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) – *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas ns. 4, 14 e 30.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas ns. 5 e 30 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa n. 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa n. 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas ns. 2.m e 19).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa n. 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Arrendamento mercantil

▪ Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas.

Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas ns. 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa n. 14. i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa n. 31.c).

- i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa n. 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (ágio) são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa n. 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa n. 13 itens i e vi).

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa n. 2.u).

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa n. 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa n. 14.j). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa n. 9.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa n. 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa n. 20 itens a, b).

o. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa n. 18.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio

da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

r. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada exercício e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão, líquido dos efeitos de *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, em 2015 totalizou R\$ 66.925 de ganho cambial (R\$ 43.192 de ganho cambial em 2014).

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas das abaixo:

Controlada	Moeda funcional	País
Oxiten México SA de CV	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos SA de CV	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales SA de CV	Peso Mexicano	México
Oxiten USALLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Andina, CA	Bolívar	Venezuela
Oxiten Uruguay SA	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada Oxiten Uruguay SA (Oxiten Uruguay) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (US\$), considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, CA (Oxiten Andina) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em 10 de fevereiro de 2015, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial n. 33 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos:

- a. Oficial: o Bolívar (VEF) é negociado à taxa de 6,30 VEF/US\$ e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) canalizadas através do Centro Nacional de Comercio Exterior em Venezuela (CENCOEX).
- b. SICAD - Sistema Complementario de Administración de Divisas: o Bolívar é negociado à taxa de 13,50 VEF/US\$, última cotação de 1 de setembro de 2015. Conforme o Convênio Cambial n. 25, somente algumas transações são permitidas, como por exemplo, importação de bens, pagamento de dividendos, entre outras operações.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- a. SICAD-II: esse mercado cambial foi eliminado com o Convênio Cambial 33, tendo como última cotação 52,1013 VEF/US\$;
- b. SIMADI - Sistema Marginal de Divisas: o Bolívar é negociado à taxa variável aproximada de 199 VEF/US\$ em 31 de dezembro de 2015 e é aplicado através do mercado bancário, mercado de varejo e mercado de títulos.

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade reavaliou a taxa de câmbio utilizada na conversão das demonstrações financeiras da Oxiten Andina e a alterou, em 31 de dezembro de 2015, da taxa SICAD para a SIMADI, visto que, entre outros fatores, essa é a taxa de câmbio que atualmente mais se aproxima da melhor expressão da economia da Venezuela. Assim, em 31 de dezembro de 2015 os montantes em Bolívar foram convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio do SIMADI e posteriormente convertidos para Reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2015 totalizou R\$ 6.243 (ganho de R\$ 2.906 em 2014).

s. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente,

à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas ns. 2.c, 2.k, 4, 14 e 30), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas ns. 2.d, 5 e 30), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas ns. 2.e e 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas ns. 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas ns. 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas ns. 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas ns. 2.f e 11.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das demonstrações financeiras da Oxiteno Andina (nota explicativa n. 2.r), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas ns. 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas ns. 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas ns. 2.m e 19), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas ns. 2.n e 20 itens a, b), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas ns. 2.o e 18.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas ns. 3.a e 30). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

t. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade

é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados (vide nota explicativa n. 13.i).

u. Ajuste a valor presente

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas demonstrações financeiras, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 109 em 2015 (R\$ 279 em 2014).

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é

reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstração dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidados, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2015:

	Vigente em
▪ Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> .	2018
▪ Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.	2018
▪ Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	2019

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade, em 17 de fevereiro de 2016.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.28 Princípios de consolidação e participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% de participação no capital social			
			31/12/2015		31/12/2014	
			Controle Direto	Controle Indireto	Controle Direto	Controle Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo SA	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda. (*)	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz SA	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora SA	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100

(continua)

(continuação)

	% de participação no capital social					
			31/12/2015		31/12/2014	
			Controle		Controle	
	Localidade	Segmento	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Isa-Sul Administração e Participações Ltda. (b)	Brasil	Ipiranga	-	-	99	1
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos SA (b)	Brasil	Extrafarma	100	-	100	-
Oxiten SA Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	99	-	99
Oxiten Nordeste SA Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxitemo Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay SA	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Barrigton S.L.	Espanha	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México SA e CV	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Serviços Corporativos SA e CV	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Serviços Industriales SA e CV	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, CA	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia SAS	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai Trading LTD	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos SA	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Arutu SA - Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
SERMA - Ass. dos usuários equio. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

(*) Em outubro de 2015, a razão social da Conveniências Ipiranga Norte Ltda. foi alterada para Icorban - Correspondente Bancário Ltda.

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Combinação de negócios – Aquisição da Extrafarma

Em 31 de janeiro de 2014, a Extrafarma passou a ser uma controlada integral da Sociedade, através da incorporação da totalidade das ações de emissão da Extrafarma. Foram emitidas

12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Sociedade, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R\$ 640.725. Foram emitidos também bônus de subscrição - capital de giro de até 801.409 ações equivalentes a R\$ 42.138. Em 31 de dezembro de 2014 foi apurado que a Sociedade tinha um contas a receber em função do ajuste de capital de giro no montante de R\$ 12.222, registrado em “demais contas a receber” no ativo circulante. Em 2015 com o acordo final de capital de giro e dívida líquida no montante de R\$ 26.006, a Sociedade reconheceu em “Outros resultados operacionais”, a receita de R\$ 13.784 (vide nota explicativa n. 26). Em adição, foram emitidos 7 bônus de subscrição - indenização correspondentes a até 3.205.622 ações. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzido pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2015, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.011.766 ações e totalizavam R\$ 112.233 (2.002.773 ações e totalizavam R\$ 92.072 em 2014). Essa transação não afetou o fluxo de caixa da Sociedade.

O valor da aquisição está apresentado a seguir:

Aumento de capital social	141.913
Ágio na subscrição de ações	498.812
Contas a receber – ajuste de capital de giro	(12.222)
Bônus de subscrição –indenização	91.423
Valor da aquisição	719.926

O valor da aquisição no montante de R\$ 719.926 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. O ágio de R\$ 661.553, foi motivado pela entrada da Sociedade no mercado farmacêutico de varejo e atacado no Brasil e a Extrafarma trazer uma escala inicial significativa, uma excelente rede de drogarias como ponto de partida e conhecimento e experiência específica do setor de atuação. A base fiscal dedutível do ágio é R\$ 780.239. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, conforme demonstrados a seguir:

	Valores	Vida útil	Método de amortização
Marca –Extrafarma	72.523	Indefinida	-
Programa de fidelidade – Clube Extrafarma	31.953	4 anos	Linear
Carteira de clientes atacado	17.346	10 anos	Linear
Outros	517	Por contrato	Linear
Total	122.339		

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela a seguir resume os saldos dos valores justos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	9.123	Financiamentos ⁽¹⁾	179.818
Contas a receber	65.104	Fornecedores	118.769
Estoques	154.937	Salários e encargos a pagar	16.539
Impostos a recuperar	12.385	Impostos e contribuições a pagar	3.150
Outros	5.109	Receita diferida	5.152
	246.658	Outros	6.316
			329.744
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	48.838	Financiamentos ⁽¹⁾	28.093
Intangível	135.636	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	65.517
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56.408	Outros	7.097
Depósitos judiciais	1.284		100.707
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	661.553		
	903.719	Total dos passivos assumidos	430.451
Total dos ativos adquiridos e do ágio	1.150.377	Valor da aquisição	719.926

⁽¹⁾ A dívida bruta assumida na data da aquisição totaliza R\$ 207.911.

Os custos com a aquisição relacionados a advogados e consultorias foram reconhecidos no resultado do exercício em despesas gerais e administrativas e representaram aproximadamente 2% do valor da transação. Adicionalmente, a Sociedade reconheceu no patrimônio líquido, deduzindo a reserva de capital, o montante de R\$ 2.260 de gastos com advogados e auditoria externa relativos a custos de transação com a emissão de ações para os acionistas de Extrafarma.

A tabela a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade em 2014, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação *pro forma* é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

	2014
Receita líquida de vendas e serviços	67.824.629
Lucro operacional	2.287.695
Lucro líquido do exercício	1.248.369
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa n. 28)	2,2701
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa n. 28)	2,2540

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Reorganização societária

Em 10 de dezembro de 2014, a Sociedade e a controlada Ipiranga Produtos de Petróleo SA (IPP), aumentaram o capital na Isa-Sul Administração e Participações Ltda. (Isa-Sul) no montante de R\$ 995.696 com a emissão de 995.696.017 novas quotas. Todas as quotas foram subscritas e integralizadas com as ações ordinárias da Extrafarma detidas pela Sociedade. Após esta reorganização societária, a Sociedade passou a ser a controladora direta da Isa-Sul e a Isa-Sul passou a ser a controladora da Extrafarma.

Em 31 de outubro de 2015, a Sociedade aumentou o capital social da IPP no montante de R\$ 986.886 com o aporte de 995.696.017 quotas de emissão da Isa-Sul. Após esta etapa, a Isa-sul passou a ser a controlada direta da IPP e a Extrafarma passou a ser controlada indireta da IPP. Em 1 de dezembro de 2015, foi realizada a incorporação da Isa-Sul por sua controlada Extrafarma, com versão da integridade do patrimônio. Após esta reorganização societária, a Extrafarma passou a ser a controlada direta da IPP e a Isa-Sul foi extinta.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.29 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa n. 30 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 3.973.162 em 2015 (R\$ 4.400.122 em 2014) e estão distribuídos conforme abaixo:

▪ Caixa e equivalentes de caixa

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	120	96	92.160	47.426
Em moeda estrangeira	-	-	99.856	85.870

(continua)

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	47.941	119.131	2.497.903	2.690.638
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	12.974	3.435
Total de caixa e equivalentes de caixa	48.061	119.227	2.702.893	2.827.369

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

▪ Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	6.708	67.864	801.587	902.683
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	35.013	505.574
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	433.669	164.496
Total de aplicações financeiras	6.708	67.864	1.270.269	1.52.753
Circulante	6.708	67.864	803.304	1.441.813
Não circulante	-	-	466.965	130.940

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa n. 30).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.30 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	2015	2014
Clientes nacionais	2.971.019	2.424.756
Financiamentos a clientes –Ipiranga	350.119	310.062
Clientes estrangeiros	199.081	191.533
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(200.816)	(178.444)
	3.319.403	2.747.907
Circulante	3.167.164	2.604.101
Não circulante	152.239	143.806

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
2015	3.520.219	3.080.681	113.136	22.834	13.473	30.411	259.684
2014	2.926.351	2.515.782	128.778	25.479	12.457	23.542	220.313

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 2013	147.080
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	6.964
Adições	26.864
Baixas	(2.464)
Saldo em 2014	178.444
Adições	44.380
Baixas	(22.008)
Saldo em 2015	200.816

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa n. 30 – Risco de crédito de clientes.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.31 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	2015			2014		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	400.994	(7.649)	393.345	345.255	(7.849)	337.406
Produtos em elaboração	1.723	-	1.723	986	-	986
Matérias-primas	257.700	(1.026)	256.674	193.726	(2.661)	191.065
Gás liquefeito de petróleo - GLP	58.875	(5.761)	53.114	41.616	(5.761)	35.855
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.205.598	(729)	1.204.869	907.466	(619)	906.847
Materiais de consumo e outros itens para revenda	103.013	(9.259)	93.754	81.662	(3.594)	78.068
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	303.603	(9.568)	294.035	272.864	(25.841)	247.023
Adiantamentos a fornecedores	171.726	-	171.726	103.124	-	103.124
Imóveis para revenda	25.997	-	25.997	24.628	-	24.628
	2.529.229	(33.992)	2.495.237	1.971.327	(46.325)	1.925.002

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 2013	15.238
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	27.689
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	2.637
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	761
Saldo em 2014	46.325
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	2.003
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(14.336)
Saldo em 2015	33.992

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	2015	2014
Ajuste ao valor derealização	14.137	12.134
Obsolescência e outras perdas	19.855	34.191
Total	33.992	46.325

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.32 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social (PIS) e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ e CSLL	52.055	53.835	197.890	182.602
ICMS	-	-	350.325	296.747
Provisão para perdas de ICMS (1)	-	-	(64.891)	(67.657)
PIS e COFINS	-	-	248.254	207.694
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	-	-	22.791	40.035
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	-	4.542	4.157
Outros	1	-	5.316	5.288
Total	52.056	53.835	764.227	668.866
Circulante	48.019	30.713	628.778	593.462
Não circulante	4.037	23.122	135.449	75.404

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 2013	65.180
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	20.888
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	(18.411)
Saldo em 2014	67.657
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	(2.766)
Saldo em 2015	64.891

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.33 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

▪ Controladora

	Ativo		Passivo	Resultado financeiro
	Debêntures ⁽¹⁾		Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo SA	782.404		-	146.185
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos SA	-		5	-
Total em 2015	782.404		5	146.185

	Ativo		Passivo	Resultado financeiro
	receber ⁽²⁾	Debêntures ⁽¹⁾	Total	
Companhia Ultragas SA	14.685	-	14.685	-
Terminal Químico de Aratu SA - Tequimar	2.026	-	2.026	-
Oxiteno SA Indústria e Comércio	2.532	-	2.532	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos SA	3.545	-	3.545	-
Ipiranga Produtos de Petróleo SA	7.090	776.578	783.668	119.806
Total em 2014	29.878	776.578	806.456	119.806

⁽¹⁾ Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽²⁾ Refere-se ao Plano de Ações (vide nota explicativa n. 8 .c)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

▪ Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.506
Química da Bahia Indústria e Comércio SA	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica SA	-	-	12.553	6.562
Refinaria de Petróleo Riograndense SA	-	-	490	1.326
Outros	-	23.784	-	-
Total em 2015	490	4.372	12.553	31.852

(continua)

(continuação)

	Mútuos/AFAC		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368 ⁽²⁾	-	-	1.061
Química da Bahia Indústria e Comércio SA	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica SA	-	-	10.499	1.494
Outros	490	1.326	-	-
Total em 2014	10.858	4.372	10.499	2.555

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de "contas a receber de clientes" e "fornecedores", respectivamente.

⁽²⁾ Em 28 de janeiro de 2015, a controlada Oxiteno SA Indústria e Comércio ("Oxiteno SA") capitalizou este Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – "AFAC" (vide nota explicativa n. 11 .c)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.353
Refinaria de Petróleo Riograndense SA	-	615.014
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica SA	18.205	-
Total em 2015	18.211	627.367

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.725
Refinaria de Petróleo Riograndense SA	-	59.162
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica SA	18.887	-
Total em 2014	18.893	71.887

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica SA (ConectCar) anteriores referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa n. 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa n. 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa n. 18.b).

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Remuneração de curto prazo	37.759	30.187
Remuneração em ações	6.126	5.462
Benefício pós-emprego	2.936	3.660
Remuneração de longo prazo	2.302	1.684
Total	49.123	40.993

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (Plano de Ações). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de

Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA SA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão.

A tabela a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nu-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
9 de dezembro de 2014	590.000	2019 a 2021	50,64	41.210	(7.583)	33.627
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(1.868)	4.131
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(4.513)	6.941
7 de novembro de 2012	320.000	2017 a 2019	42,90	19.098	(10.347)	8.751
14 de dezembro de 2011	120.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(3.656)	1.616
10 de novembro de 2010	173.336	2015 a 2017	26,78	9.602	(8.319)	1.283
16 de dezembro de 2009	83.328	2014 a 2016	20,75	7.155	(6.843)	312
8 de outubro de 2008	-	2013 a 2015	9,99	8.090	(8.090)	-
9 de novembro de 2006	207.200	2016	11,62	3.322	(3.045)	277
14 de dezembro de 2005	-	2015	8,21	1.060	(1.060)	-
	<u>1.727.264</u>			<u>112.262</u>	<u>(55.324)</u>	<u>56.938</u>

Em 2015, a amortização de R\$ 16.935 (R\$ 12.289 em 2014) foi registrada como despesa geral e administrativa.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 2013	1.886.028
Ações outorgadas em 3 de fevereiro de 2014	150.000
Ações outorgadas em 5 de março de 2014	83.400
Ações outorgadas em 9 de dezembro de 2014	590.000
Ações transferidas aos administradores	(496.564)
Saldo em 2014	<u>2.212.864</u>
Ações transferidas aos administradores	(455.600)
Cancelamento de outorgas de ações devido a interrupção de vínculo empregatício do administrador beneficiado	(30.000)
Saldo em 2015	<u>727.264</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.34 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	41.428	55.527
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	15	140.707	128.365
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	42.297	40.729
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	989	457
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	33.894	48.162
Combinação de negócios – base fiscal vs base contábil do ágio	-	-	72.691	68.458
Provisão para retirada de tanques	-	-	22.418	21.116
Demais provisões	8.658	1.464	145.336	59.802
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	59.233	39.957
Total	8.680	1.479	558.993	462.573
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.887	3.009
Arrendamento mercantil	-	-	4.426	4.948
Provisão para diferenças caixa vs. Competência	-	-	184.951	77.266
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	17.794	11.183
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	47.110	49.181
Diferenças temporárias de controladas no Exterior	-	-	2.855	5.097
Demais provisos	-	-	5.981	2.163
Total	-	-	266.004	152.847

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial	309.726	274.633
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(14.813)	(21.745)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.250)	(863)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócios	-	56.408
Outros	326	1.293
Saldo final	292.989	309.726

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	3	195.705
De 1 a 2 anos	1.629	88.552
De 2 a 3 anos	1.607	44.149
De 3 a 5 anos	3.214	69.225
De 5 a 7 anos	1.855	111.256
De 7 a 10 anos	372	50.106
	8.680	558.993

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	69.633	50.917	2.258.192	1.841.190
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(23.675)	(17.312)	(767.785)	(626.005)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva: Despesas indedutíveis (i)	(277)	(405)	(70.540)	(26.519)
Receitas não tributáveis (ii)	11	13	3.753	2.596
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	12.926	13.638
Demais ajustes	24	25	4.874	(603)
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(23.917)	(17.679)	(816.772)	(636.893)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	82.436	63.405
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(23.917)	(17.679)	(734.336)	(573.488)
Corrente	(31.119)	(18.763)	(801.959)	(615.148)
Diferido	7.202	1.084	(14.813)	(21.745)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	82.436	63.405
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	34,3	34,7	32,5	31,1

- (i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Oxiteno Nordeste SA Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia ⁽¹⁾	75	2012
	Base de Mataripe ⁽²⁾	75	2024
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
	Terminal Químico de Aratu SA - Tequimar	Terminal de Suape	75
	Terminal de Aratu	75	2022
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021

Em 30 de dezembro de 2014 foi protocolado pelo Terminal Químico de Aratu SA - Tequimar ("Tequimar") na SUDENE pleito requerendo o reconhecimento do incentivo de redução, em virtude da implantação do Terminal de Itaqui, em São Luis - Maranhão.

⁽¹⁾ Em 22 de dezembro de 2015 foi protocolado na SUDENE, pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em virtude de ampliação efetuada na base de Caucaia.

⁽²⁾ Em virtude de modernização efetuada na base de Mataripe, a SUDENE aprovou a redução de imposto de renda de 75% até 2024, através de laudo expedido em 30 de dezembro de 2015. Em 19 de janeiro de 2016, o Laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias.

c. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 2015, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 190.359 (R\$ 126.624 em 2014) e bases negativas de CSLL no montante de

R\$ 129.368 (R\$ 92.232 em 2014), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 59.233 em 2015 (R\$ 39.957 em 2014).
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.35 Despesas antecipadas (Consolidado)

	2015	2014
Aluguéis	114.439	99.285
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa n. 8.c)	45.889	61.183
Propaganda e publicidade	25.195	6.103
Prêmios de seguros	24.644	20.295
Manutenção de <i>software</i>	8.937	6.790
Compras de vale alimentação e transporte	1.757	1.559
Tributos e demais despesas antecipadas	7.279	3.281
	228.140	198.496
Circulante	81.476	67.268
Não circulante	146.664	131.228

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.36 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

A seguir estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	2015			
	Controladas			
	Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno SA Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo SA	Refinaria de Petróleo de Riograndense SA
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.093.260	3.469.471	13.599.752	348.217
Passivo	4.168	534.215	10.004.718	253.306
Patrimônio líquido	1.089.092	2.935.315(*)	3.595.034	94.911
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.203.462	65.235.322	974.807
Lucro líquido do exercício	4.498	423.062(*)	1.015.100	27.647
Participação no capital social - %	100	100	100	33

2014					
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenó SA Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo SA	Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Refinaria de Petróleo Riograndense SA
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	995.696.017	5.078.888
Ativo	1.168.896	3.546.989	10.668.027	995.028	263.527
Passivo	84.003	526.423	8.654.065	11.524	191.018
Patrimônio líquido	1.084.893	3.020.625(*)	2.013.962	983.504(*)	72.509
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.023.388	58.764.533	21.197	233.308
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	99.990	240.457(*)	881.131	(16.410)**	(151)
Participação no capital social - %	100	100	100	99	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.(**) reduzido pela eliminação do ganho no aporte devido à reorganização societária no montante de R\$ 56.389 (vide nota explicativa n. 3.b).

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa n. 29.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas a seguir:

	Investimentos em controladas							Empreendimento controlado em conjunto
	Ultrapar - Operações Logísticas e Participações Ltda.							
	Ultrapar - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno SA Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo SA	Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos SA	Administração e Participações Ltda.	Isa-sul	Refinaria de Petróleo de Petróleo Riograndense SA	
Saldo de 2013	1.064.959	2.892.330	2.154.904	-	-	6.112.193	22.751	6.134.944
Equivalência patrimonial	99.990	240.457	881.131	2.523	(15.726)	1.208.375	(50)	1.203.325
Dividendos	(80.000)	(117.107)	(1.022.540)	-	-	(1.219.647)	-	(1.219.647)
Aquisição Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.a)	-	-	-	719.926	-	719.926	-	719.926
Aporte de capital em dinheiro	-	-	-	236.100	-	236.100	-	236.100
Passivo contingente – combinação de negócio Extrafarma ^{b)}	-	-	-	3.654	-	3.654	-	3.654
Realização da mais-valia apurada na aquisição	-	-	-	(22.896)	-	(22.896)	-	(22.896)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(32)	-	-	(32)	-	(32)
Ajuste de avaliação patrimonial	(56)	(171)	499	-	74	346	1.375	1.721
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	5.116	-	-	-	5.116	-	5.116
Reorganização societária (vide nota explicativa nº 3.b)	-	-	-	(939.307)	995.696	56.389	-	56.389
Saldo de 2014	1.084.893	3.020.625	2.013.962	-	980.044	7.099.524	24.076	7.123.600
Equivalência patrimonial	4.498	423.062	1.015.100	-	6.842	1.449.502	8.248	1.457.750
Dividendos	-	(531.860)	(431.607)	-	-	(963.467)	(2.345)	(965.812)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(120)	-	-	(120)	-	(120)
Ajuste de avaliação patrimonial	(299)	(245)	10.813	-	-	10.269	1.535	11.804
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	23.733	-	-	-	23.733	-	23.233
Reorganização societária (vide nota explicativa nº 3.b)	-	-	986.886	-	(986.886)	-	-	-
Saldo de 2015	1.089.092	2.935.315	3.595.034	-	-	7.619.441	31.514	7.650.955

(1) transferido para o passivo não-circulante devido a reorganização societária (vide nota explicativa n. 3.b)

(2) reduzido na equivalência patrimonial o ganho de R\$ 56.389 apurado no aporte devido à reorganização societária (vide nota explicativa n. 3.b).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (Ultracargo Participações) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (União Vopak), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, atualmente opera nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 2013	5.916	22.751	15.719	44.386
Aporte de capital	-	-	28.500	28.500
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.375	-	1.375
Equivalência patrimonial	181	(50)	(18.747)	(18.616)
Dividendos recebidos	(1.137)	-	-	(1.137)
Saldo em 2014	4.960	24.076	25.472	54.508
Aporte de capital	-	-	37.080	37.080
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	4.000	4.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.535	-	1.535
Equivalência patrimonial	699	8.248	(23.234)	(14.287)
Dividendos recebidos	(1.114)	(2.345)	-	(3.459)
Saldo em 2015	4.545	31.514	43.318	79.377

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A seguir estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	2015		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.360	234.094	59.599
Ativo não circulante	7.300	114.123	85.195
Passivo circulante	1.570	176.134	62.158
Passivo não circulante	-	77.172	-
Patrimônio líquido	9.090	94.911	82.636
Receita líquida	12.026	974.807	18.410
Custos e despesas operacionais	(10.198)	(926.392)	(89.431)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(430)	(20.768)	24.553
Lucro (prejuízo) líquido	1.398	27.647	(46.468)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	94.579.500
Participação no capital social - %	50	33	50
Os percentuais acima estão arredondados.			
	2014		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	2.762	160.789	38.852
Ativo não circulante	8.066	102.738	53.236
Passivo circulante	908	101.083	41.143
Passivo não circulante	-	89.935	-
Patrimônio líquido	9.920	72.509	50.945
Receita líquida	10.490	233.308	9.981
Custos e despesas operacionais	(10.114)	(232.634)	(66.797)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(14)	(825)	19.323
Lucro (prejuízo) líquido	362	(151)	(37.493)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	57.500.000
Participação no capital social - %	50	33	50
Os percentuais acima estão arredondados.			

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás SA, que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno SA participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (Oxicap), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste SA Indústria e Comércio (Oxiteno Nordeste) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio SA, que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragas SA (Cia. Ultragas) participa da Metalúrgica Plus SA, que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás SA, que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno SA na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2015, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 2015.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada a seguir:

	Movimentação dos investimentos				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás SA	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio SA	Metalúrgica Plus SA	Total
Saldo em 2013	5.962	2.144	3.635	-	11.741
Dividendos recebidos	(725)	-	-	-	(725)
Equivalência patrimonial	975	946	41	165	2.127
Saldo em 2014	6.212	3.090	3.676	165	13.143
Aumento de capital	-	10.368 ⁽¹⁾	-	-	10.368
Dividendos recebidos	(1.924)	(3.453)	-	-	(5.377)
Equivalência patrimonial	1.455	1.995	8	(55)	3.403
Saldo em 2015	5.743	12.000	3.684	110	21.537

⁽¹⁾ Conforme nota explicativa n. 8.a) – Consolidado, no 1.º trimestre de 2015 foi realizado aumento de capital na Oxicap. Com isso a participação na coligada foi alterada de 25% para 15%, aproximadamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A seguir estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	2015				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás SA	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio SA	Metalúrgica Plus SA	Plenogás Distribuidora de Gás SA
Ativo circulante	5.175	13.390	73	759	691
Ativo não circulante	18.773	79.203	10.403	1.681	2.830
Passivo circulante	644	8.682	-	403	101
Passivo não circulante	332	4.371	3.109	1.708	1.777
Patrimônio líquido	22.972	79.540	7.367	329	1.643

(continua)

(continuação)

	2015				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás SA	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio SA	Metalúrgica Plus SA	Plenogás Distribuidora de Gás SA
Receita líquida	10.628	42.799	-	-	-
Custos, despesas operacionais e resultado na venda de bens	(4.703)	(14.050)	(34)	(172)	1.792
Resultado financeiro e imposto de renda	(7)	(9.973)	49	8	14
Lucro (prejuízo) líquido	5.918	18.776	15	(164)	1.806
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
Os percentuais acima estão arredondados.					

	2014				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás SA	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio SA	Metalúrgica Plus SA	Plenogás Distribuidora de Gás SA
Ativo circulante	5.832	12.434	103	923	231
Ativo não circulante	19.978	77.199	10.358	1.682	2.830
Passivo circulante	632	2.771	-	403	80
Passivo não circulante	332	74.502	3.109	1.708	3.144
Patrimônio líquido	24.846	12.360	7.352	494	(163)
Receita líquida	8.525	32.972	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(4.543)	(27.174)	(45)	344	442
Resultado financeiro e imposto de renda	(84)	(2.013)	127	990	(13)
Lucro líquido	3.898	3.785	82	1.334	429
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33
Os percentuais acima estão arredondados.					

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.37 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2014	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2015
Custo:								
Terrenos	-	476.107	45.843	-	3.077	(4.947)	4.079	524.159
Edificações	31	1.275.728	14.521	-	86.725	(4.060)	9.686	1.382.603
Benefitorias em imóveis de terceiros	11	631.342	17.825	-	55.615	(3.599)	-	701.183
Máquinas e equipamentos	13	3.909.475	99.038	-	108.286	(12.300)	(112.660)	3.999.1.839
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.096.563	121.746	-	81.386	(17.233)	-	2.282.462
Tanques e vasilhames para GLP	12	494.691	83.608	-	2.777	(39.725)	-	541.351
Veículos	7	244.467	21.883	-	11.358	(18.341)	(591)	258.776
Móveis e utensílios	9	156.115	14.198	-	4.888	(440)	(4.066)	170.695
Obras em andamento	-	372.974	373.774	-	(337.967)	(2.550)	31.302	437.533
Adiantamentos a fornecedores	-	19.527	10.685	-	(18.095)	-	8	12.125
Importações em andamento	-	59	1.959	-	(817)	-	-	1.201
Equipamentos de informática	5	239.930	24.255	-	1.124	(4.810)	186	260.685
		9.916.978	829.335	-	(1.643)	(108.005)	(72.053)	10.564.612
Depreciação acumulada:								
Edificações		(565.308)	-	(40.766)	15	1.919	12.309	(591.831)
Benefitorias em imóveis de terceiros		(313.647)	-	(48.132)	1	2.661	-	(359.117)
Máquinas e equipamentos		(2.158.390)	-	(234.792)	(240)	9.005	143.173	(2.241.244)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.164.074)	-	(116.010)	-	9.287	-	(1.270.797)
Tanques e vasilhames para GLP		(231.001)	-	(34.392)	(136)	16.295	-	(249.234)
Veículos		(90.004)	-	(15.769)	369	12.126	821	(92.457)
Móveis e utensílios		(105.483)	-	(10.050)	-	323	4.951	(110.259)

(continua)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2014	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2015
Equipamentos de informática		(189.859)	-	(16.872)	(7)	3.667	(722)	(203.793)
		(4.817.766)	-	(516.783)	2	55.283	160.532	(5.118.732)
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores		-	(83)	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(462)	-	-	-	2	(199)	(659)
Máquinas e equipamentos		(5.895)	(1.137)	-	-	2.964	(671)	(4.739)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		-	(1.342)	-	-	36	-	(1.306)
Equipamentos de informática		(683)	-	-	-	683	-	-
Móveis e utensílios		(4)	(1)	-	-	4	-	(1)
		(7.241)	(2.563)	-	-	3.689	(870)	(6.985)
Custo líquido		5.091.971	826.772	(516.783)	(1.641)	(49.033)	87.609	5.438.295

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2013	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Saldo inicial da Extraforma⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 2014
Custo:									
Terrenos	-	458.619	6.586	-	16.126	(6.668)	-	1.444	476.107
Edificações	31	1.219.746	8.781	-	53.395	(11.189)	-	4.995	1.275.728
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	549.841	9.104	-	51.047	(1.634)	23.023	(39)	631.342
Máquinas e equipamentos	13	3.745.901	81.454	-	77.810	(6.957)	6.365	4.902	3.909.475
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	1.939.720	103.387	-	76.431	(22.975)	-	-	2.096.563
Tanques e vasilhames para GLP	12	460.596	85.958	-	-	(51.863)	-	-	494.691

(continua)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2013	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Saldo inicial da Extraforma ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 2014
Veículos	7	213.635	25.207	-	18.642	(18.668)	5.554	97	244.467
Móveis e utensílios	9	126.758	13.094	-	2.116	(1.030)	14.923	254	156.115
Obras em andamento	-	302.076	328.034	-	(266.699)	(1.150)	6.752	3.961	372.974
Adiantamentos a fornecedores	-	27.558	26.320	-	(32.100)	(2.251)	-	-	19.527
Importações em andamento	-	130	1.723	-	(1.690)	-	-	(104)	59
Equipamentos de informática	5	206.286	25.830	-	714	(1.556)	8.683	(27)	239.930
		9.250.866	715.478	-	(4.208)	(125.941)	65.300	15.483	9.916.978
Depreciação acumulada:									
Edificações									
Benefitorias em imóveis de terceiros									
Máquinas e equipamentos									
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes									
Tanques e vasilhames para GLP									
Veículos		(1.066.425)	-	(115.095)	2	17.444	-	-	(1.164.074)
		(221.321)	-	(29.653)	-	19.973	-	-	(231.001)
		(87.860)	-	(12.509)	-	12.922	(2.503)	(54)	(90.004)
Móveis e utensílios		(93.246)	-	(9.449)	(3)	902	(3.624)	(63)	(105.483)
Equipamentos de informática		(173.942)	-	(13.206)	(37)	1.417	(3.994)	(97)	(189.859)
		(4.385.406)	-	(484.761)	(32)	65.850	(16.462)	3.045	(4.817.766)
Provisão para perdas:									
Terrenos									
		(197)	-	-	-	-	-	-	(197)
Benefitorias em imóveis de terceiros									
		-	(459)	-	-	-	-	(3)	(462)
Máquinas e equipamentos									
		(5.027)	(1.451)	-	-	592	-	(9)	(5.895)
Equipamentos de informática									
		(6)	(677)	-	-	-	-	-	(683)
Móveis e utensílios									
		(5)	-	-	-	1	-	-	(4)
		(5.235)	(2.587)	-	-	593	-	(12)	(7.241)
Custo líquido		4.860.225	712.891	(484.761)	(4.240)	(59.498)	48.838	18.516	5.091.971

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Extraforma vide nota explicativa n. 3.a).

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.38 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio poderado de amortização (anos)	Saldo em 2014	Adições	Amortizações	Transferência	Baixas	Varição cambial	Saldo em 2015
Custo								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	-	-	1.456.179
Software (ii)	5	451.936	82.612	-	453	(59)	4.580	539.522
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	31.881	4.994	-	-	(287)	-	36.588
Fundo de comércio (v)	5	2.762.985	515.502	-	-	-	-	3.278.487
Marcas (vi)	-	105.458	-	-	2	-	15.484	120.944
Outros (vii)	4	38.606	6.492	-	(79)	-	1.932	46.951
		4.879.662	609.600	-	376	(346)	21.996	5.511.288
Amortização acumulada:								
Software		(303.780)	-	(44.346)	-	59	(2.693)	(350.760)
Tecnologia		(29.471)	-	(1.785)	-	-	-	(31.256)
Direitos de propriedade comercial		(14.545)	-	(2.643)	-	209	-	(16.979)
Fundo de comércio		(1.366.128)	-	(433.869)	(2.992)	-	-	(1.802.989)
Outros		(7.625)	-	(7.821)	96	-	(19)	(15.369)
		(1.721.549)	-	(490.464)	(2.896)	268	(2.712)	(2.217.353)
Custo líquido		3.158.113	609.600	(490.464)	(2.520)	(78)	19.284	3.293.935

	Prazo médio poderado de amortização (anos)	Saldo em 2013	Adições	Amortizações	Transferência	Baixas	Saldo inicial da Extra- farma ⁽¹⁾	Varição cambial	Saldo em 2015
Custo									
Ágio (i)	-	794.626	-	-	-	-	661.553	-	1.456.179
Software (ii)	5	353.637	73.994	-	16.379	(456)	7.817	565	451.936
Tecnologia (iii)	5	32.436	181	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	11	16.334	1.838	-	-	-	13.709	-	31.881
Fundo de comércio (v)	4	2.213.573	532.461	-	(190)	(205)	17.346	-	2.762.985
Marcas (vi)	-	29.048	-	-	-	-	72.523	3.887	105.458
Outros (vii)	9	16.475	407	-	(10.294)	-	31.953	65	38.606
		3.456.129	608.881	-	5.895	(661)	804.901	4.517	4.879.662
Amortização acumulada:									
Software		(261.693)	-	(36.780)	(3.922)	455	(1.416)	(424)	(303.780)
Tecnologia		(27.690)	-	(1.782)	-	-	-	1	(29.471)
Direitos de propriedade comercial		(5.515)	-	(2.742)	8	-	(6.296)	-	(14.545)
Fundo de comércio		(992.022)	-	(367.681)	(6.536)	111	-	-	(1.366.128)
Outros		(454)	-	(7.164)	-	-	-	(7)	(7.625)
Custo líquido		(1.287.374)	-	(416.149)	(10.450)	566	(7.712)	(430)	(1.721.549)
		2.168.755	608.881	(416.149)	(4.555)	(95)	(95)	4.087	3.158.113

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa n. 3.a).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) Os ágios gerados na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio:

	Segmento	2015	2014
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxitenno Uruguay	Oxitenno	44.856	44.856

(continua)

	Segmento	2015	2014
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
Outros		2.27	2.278
		1.456.179	1.456.179

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e pelo prazo de três anos para maturidade de novas lojas.

As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2015 variaram de 10,3% a 17,1% (exceto a taxa de desconto da Oxiten Andina de 43,5%) e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. *(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 pontos percentuais da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

- (i) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

(ii) As controladas Oxiteno SA, Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (Oleoquímica) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

(iii) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado.

(i) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

(ii) Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma.

(iii) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	11.522	8.916
Despesas com vendas e comerciais	436.253	370.828
Despesas gerais e administrativas	42.689	36.405
	490.464	416.149

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.39 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	2015	2014	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 2015 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Financiamento externo (c.1) (*)	1.111.721	603.002	US\$ + LIBOR (i)	+0,7	2017 a 2018
Financiamento externo (c.1) (*)	576.645	-	US\$	+2,1	2017 a 2018
Financiamento externo (c.2) (c.3) (c.4)	397.586	158.039	US\$ + LIBOR (i)	+1,4	2017 a 2018
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	222.478	184.057	US\$	+1,5	< 351 dias
Instituições financeiras (e)	142.779	113.873	US\$	+2,8	2016 a 2017
Instituições financeiras (e)	77.800	53.254	US\$ + LIBOR (i)	+2,0	2016 a 2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	50.132	25.409	US\$	+1,3	< 60 dias
Instituições financeiras (e)	27.110	32.343	MX\$ + TIIE (ii)	+1,0	2016
BNDES (d)	24.057	33.160	US\$	+6,0	2016 a 2020
Notas no mercado externo (b)	-	664.078	US\$		
Subtotal	2.630.308	1.867.215			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	3.115.752	2.873.622	CDI	105,0	2016 a 2019
Debêntures – Ipiranga (g.2 e g.3)	1.413.101	1.409.540	CDI	107,9	2017 a 2018
Debêntures – 5ª emissão (g.4)	833.114	-	CDI	108,3	2018
BNDES (d)	409.339	530.983	TJLP (iii)	+2,7	2016 a 2021
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	158.648	-	CDI	101,5	2018
Banco do Nordeste do Brasil	66.096	85.068	R\$	+8,5	2016 a 2021
FINEP	61.724	74.774	R\$	+4,0	2016 a 2021
BNDES (d)	49.681	62.581	R\$	+4,6	2016 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro (i)	45.480	45.883	IGP-M (iv)	+5,6	2016 a 2031

(continua)

(continuação)

Descrição	2015	2014	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 2015 - % a.a.	Vencimento
BNDES (d)	30.878	-	SELIC (v)	+2,2	2016 a 2021
Nota de crédito à exportação (h) (*)	27.039	25.744	R\$	+8,0	2016
FINEP	11.174	9.078	TJLP (iii)	-1,4	2016 a 2023
Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma	1.160	3.445	R\$	+10,3	2016
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (i)	319	475	CDI	+2,8	2016 a 2017
FINAME	255	484	TJLP (iii)	+5,6	2016 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	95	686	R\$	+15,4	2016 a 2017
Banco do Brasil pré-fixado (f) (*)	-	503.898			
Debêntures – 4ª emissão (g.1)	-	874.312			
Subtotal	<u>6.223.855</u>	<u>6.500.573</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>47.455</u>	<u>7.424</u>			
Total	<u>8.901.608</u>	<u>8.375.212</u>			
Circulante	<u>1.097.855</u>	<u>3.442.364</u>			
Não circulante	<u>7.803.753</u>	<u>4.932.848</u>			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa n. 30 – Contabilidade de proteção).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 31 de dezembro de 2015, a TJLP estava fixada em 7% a.a.
- (iv) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getulio Vargas
- (v) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2015	2014
De 1 a 2 anos	3.393.586	571.991
De 2 a 3 anos	3.165.603	2.390.747
De 3 a 4 anos	1.155.809	894.301
De 4 a 5 anos	38.585	1.006.869
Mais de 5 anos	50.170	68.940
	<u>7.803.753</u>	<u>4.932.848</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa n. 14.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa n. 30).

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (LPG) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,3% a.a., pagos semestralmente. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela sua controlada Oxiteno SA.

As notas foram liquidadas pela LPG na data do seu vencimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Financiamentos externos

1. A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 440 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,1% do CDI (vide nota explicativa n. 30). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme a seguir:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
mar/17	70,0	99,5
set/17	150,0	103,7
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18 ^(*)	80,0	101,4
Total / custo médio	440,0	102,1

^(*) A controlada IPP renegociou financiamento externo, com vencimento em novembro de 2015, no valor principal de US\$ 80 milhões, alterando seu vencimento para novembro de 2018.

2. A controlada Oxiteno Overseas Corp. (Oxiteno Overseas) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em janeiro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente.

A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragas, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 94,0% do CDI (vide nota explicativa n. 30). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno SA.

3. A controlada LPG contratou financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.
4. A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation contratou financiamento externo no montante de US\$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre Lajida consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México SA de CV, Oxiteno USA LLC e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em fevereiro de 2015, no valor principal total de R\$ 333 milhões, alterando seus vencimentos para julho de 2017 e janeiro de 2018 com taxa pós-fixada de 106% do CDI.

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em maio de 2015, no valor principal total de R\$ 200 milhões, alterando seus vencimentos para novembro de 2017 e abril de 2018 com taxa pós-fixada de 107% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2015):

Vencimento	
fev./16	226.016
maio/16	133.428
jan./17	1.146.711
jul./17	177.453
nov./17	101.565
jan./18	177.453
abr./18	101.566
maio/19	1.051.560
Total	3.115.752

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

1. Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,3% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Anualmente Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

2. Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

3. Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4. Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados à gestão de liquidez da emissora, de forma a reforçar o seu caixa e alongar o perfil da dívida, proporcionando maior flexibilidade financeira.

e. Nota de crédito à exportação

A controlada Oxiteno Nordeste possui contratos de nota de crédito à exportação nos montantes de R\$ 17,5 milhões e R\$ 10,0 milhões, com vencimentos em março e agosto de 2016, respectivamente e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente. Em maio de 2015, a controlada Oxiteno Nordeste contratou nota de crédito à exportação de R\$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargos financeiros pós-fixados de 101,5% do CDI, pagos trimestralmente.

Para os contratos pré-fixados, a controlada Oxiteno Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide nota explicativa n. 30), designando os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática, software e veículos, com prazos que variam de 24 a 60 meses.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão demonstrados a seguir:

	2015				
	Bases de engarramento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Móveis, máquinas e equipamentos	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	19.890				
Financiamento (valor presente)	45.480	396	18	-	45.894
Circulante	2.107	260	18	-	2.385
Não circulante	43.373	136	-	-	43.509
	2014				
	Bases de engarramento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Móveis, máquinas e equipamentos	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	24.720	883	1.483	1.283	28.369
Financiamento (valor presente)	45.883	874	163	124	47.044
Circulante	1.950	515	145	124	2.734
Não circulante	43.933	359	18	-	44.310

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados a seguir:

	2015				
	Bases de engarramento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Total	
Até 1 ano	4.371	287	18	4.676	
De 1 a 2 anos	4.371	155	-	4.526	
De 2 a 3 anos	4.371	-	-	4.371	
De 3 a 4 anos	4.371	-	-	4.371	
De 4 a 5 anos	4.371	-	-	4.371	
Mais de 5 anos	45.165	-	-	45.165	
Total	67.020	442	18	67.480	
	2014				
	Bases de engarramento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Até 1 ano	4.238	566	155	123	5.082
De 1 a 2 anos	4.238	288	18	-	4.544
De 2 a 3 anos	4.238	155	-	-	4.393
De 3 a 4 anos	4.238	-	-	-	4.238
De 4 a 5 anos	4.238	-	-	-	4.238
Mais de 5 anos	48.024	-	-	-	48.024
Total	69.214	1.009	173	123	70.519

As contraprestações anteriores incluem os valores de Imposto sobre Serviços (ISS), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme a seguir:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2014	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2015
Banco do Brasil (f)	0,3	14.474	600	(3.191)	11.883
Financiamento externo (c)	0,3	3.016	3.151	(1.518)	4.649
Debêntures (g)	0,0	2.157	958	(1.314)	1.801
Notas no mercado externo (b)	0,2	1.309	-	(1.309)	-
Outros	0,5	318	367	(140)	545
Total		21.274	5.076	(7.472)	18.878

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2013	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2014
Banco do Brasil (f)	0,4	19.797	-	(5.323)	14.474
Financiamento externo (c)	0,3	504	3.140	(628)	3.016
Debêntures (g)	0,2	4.730	1.422	(3.995)	2.157
Notas no mercado externo (b)	0,2	2.309	-	(1.000)	1.309
Outros	0,1	412	30	(124)	318
Total		27.752	4.592	(11.070)	21.274

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	2.894	3.473	3.881	1.635	-	-	11.883
Financiamento externo (c)	2.425	1.459	765	-	-	-	4.649
Debêntures (g)	644	716	441	-	-	-	1.801
Outros	190	222	71	45	16	1	545
Total	6.153	5.870	5.158	1.680	16	1	18.878

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 52.312 em 2015 (R\$ 50.570 em 2014) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 4.369.977 em 2015 (R\$ 3.779.450 em 2014).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 187.551 em 2015 (R\$ 173.644 em 2014) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP no montante de R\$ 133.154 em 2015.

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 27.106 em 2015 (R\$ 26.684 em 2014), com vencimentos de até 213 dias. Até 31 de dezembro de 2015, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 656 em 2015 (R\$ 646 em 2014), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

E.40 Fornecedores (Consolidado)

	2015	2014
Fornecedores nacionais	1.390.204	1.196.876
Fornecedores estrangeiros	70.328	82.626
	1.460.532	1.279.502

As controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro SA – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem SA. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.41 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	2015	2014
Provisões sobre folha de pagamento	149.818	128.181
Participação nos lucros, bônus e prêmios	201.579	108.632
Encargos sociais	43.782	44.747
Salários e honorários	6.993	10.904
Benefícios	1.558	1.617
Outros	583	498
	<u>404.313</u>	<u>294.579</u>

E.42 Obrigações tributárias (Consolidado)

	2015	2014
ICMS	111.107	93.761
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno USA, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	26.342	14.822
PIS e COFINS	11.165	11.922
ISS	6.976	6.304
IPI	4.949	3.858
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	3.309	2.991
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.418	2.267
Outros	2.538	2.910
	<u>168.804</u>	<u>138.835</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.43 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV – Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Associação de Previdência Complementar (Ultraprev). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2015, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 22.216 (R\$ 19.784 em 2014) à Ultraprev, valor

contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2015 atingiu 8.903 participantes ativos e 169 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 28 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2015, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	2015	2014
Plano de Assistência Médica e Odontológica	24.869	28.521
Multa FGTS	59.517	50.881
Gratificação	28.835	25.288
Seguro de vida	13.374	15.101
Total	126.595	119.791
Circulante	13.747	11.419
Não circulante	112.848	108.372

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial	119.791	111.296
Custo dos serviços correntes	6.395	2.594
Custo dos juros	13.681	12.718
Ganhos atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(6.288)	(455)
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(6.984)	(6.362)
Saldo final	126.595	119.791

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

	2015	2014
Plano de Assistência Médica e Odontológica	3.291	3.699
Multa FGTS	10.445	6.740
Gratificação	4.352	3.159
Seguro de vida	1.683	1.714
Total	19.771	15.312

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	2015 % a.a.	2014 % a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	12,71	11,82
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	8,98	8,38
Taxa de inflação (longo prazo)	5,0	5,2
Taxa de crescimento dos serviços médicos	9,20	9,41
Hipóteses demográficas		
Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80		
Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 <i>Basic</i> desagradada em 10%		
Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983		
Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada		

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2015 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa			
		Aumento no passivo	Diminuição no passivo	
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	6.794	diminuição 1,0 p.p.	7.742
Taxa de crescimento salarial	aumento 1,0 p.p.	578	diminuição 1,0 p.p.	534
Taxa de crescimento dos serviços médicos	aumento 1,0 p.p.	2.759	diminuição 1,0 p.p.	2.342

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.44 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa n. 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	2015	2014
Saldo inicial	70.802	69.661
Adições (novos tanques)	625	709
Gastos com tanques retirados	(3.949)	(4.026)
Despesa com atualização	7.238	4.458
Saldo final	74.716	70.802
Circulante	5.232	4.598
Não circulante	69.484	66.204

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.45 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

A tabela a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 2015
IRPJ e CSLL (a.1.1)	406.478	-	-	33.445	439.923
PIS e COFINS (a.1.2)	119.237	-	-	16.581	135.818

(continua)

Provisões	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 2015
ICMS	20.829	-	(3.503)	(726)	16.600
Previdenciárias	10.483	317	(212)	867	11.455
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	58.336	6.689	(4.860)	128	60.293
Trabalhistas (a.3.1)	71.516	6.335	(13.653)	1.190	65.388
Outras	562	7	(88)	24	505
Total	687.441	13.348	(22.316)	51.509	729.982
Circulante	64.169				45.322
Não circulante	623.272				684.660

Algumas das provisões tributárias acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 548.150 em 2015 (R\$ 505.650 em 2014).

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragas e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (Bahiana) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 422.678 em 2015 (R\$ 388.675 em 2014). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1.2 As controladas Oxiteno SA, Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragas, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos SA (EMCA), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 99.874 em 2015 (R\$ 92.457 em 2014).

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 60.293 em 2015 (R\$ 58.336 em 2014).

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 65.388 em 2015 (R\$ 71.516 em 2014) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.069.516 em 2015.

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.261.396 em 2015, dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 154.821 em 2015.

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 509.604 em 2015. Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 294.454, dos quais R\$ 119.663 se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 105.070; de diferenças de estoque no valor de R\$ 103.428 relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto; e de descumprimento de obrigações acessórias no valor de R\$ 6.652.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 308.377 em 2015.

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 582.960 em 2015, dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2 Em decorrência do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no terminal de Santos da controlada Tequimar, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) imputou multa de R\$ 22.500, em razão dos alegados impactos ambientais e urbanos ocasionados pelo incidente. Diante da autuação, foi apresentada a respectiva impugnação ainda na esfera de primeira instância, junto ao órgão ambiental, na qual foi arguida, entre outros aspectos, a inaplicabilidade de legislação federal, visto a existência de legislação estadual que regula a matéria, o que pode ensejar na redução da multa aplicada. Foi também alegada a ausência de conduta ilícita por parte do Tequimar. Para maiores informações vide nota explicativa n. 32.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 225.160 em 2015, dos quais destaca-se:

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de

eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.46 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	2015	2014
Taxa inicial de franquia am/pm e Jet Oil	16.988	14.785
Programa de fidelidade Km de Vantagens	10.569	10.025
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	7.899	6.349
	<u>35.456</u>	<u>31.159</u>
Circulante	24.420	23.450
Não circulante	11.036	7.709

Programa de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por prêmios oferecidos pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e para recarga de crédito em telefonia celular e são considerados parte da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos.

A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 2015 eram representadas por 1.909 lojas (1.708 lojas em 2014). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 2015 eram representadas por 1.466 lojas (1.337 lojas em 2014). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.47 Patrimônio Líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de American Depositary Receipts (ADRs) nível III sob o código UGP. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 60,45.

Em 31 de janeiro de 2014 foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Sociedade e da Extrafarma, a emissão de 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo R\$ 141.913 como aumento de capital social, perfazendo um capital social de R\$ 3.838.686, dividido em 556.405.096 ações. Para maiores informações vide nota explicativa n. 3.a).

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2015 estavam em circulação no exterior 29.385.497 ações ordinárias na forma de ADRs (31.714.297 ações em 31 de dezembro de 2014).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 10 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou programa de recompra de ações de sua emissão (Programa de Recompra 2014/15), com prazo máximo de 365 dias contados a partir de 12 de dezembro de 2014 e quantidade máxima de ações a ser adquirida de 6.500.000 ações ordinárias. Foram adquiridas pela Sociedade no Programa de Recompra 2014/15, 6.143.200 ações ao custo médio de R\$ 63,07 por ação.

Em 31 de dezembro de 2015, 13.321.356 ações ordinárias (7.148.156 ações em 2014) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,85 (R\$ 14,42 em 2014).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 26,09 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa n. 8.c).

Por conta da emissão das 12.021.100 ações ordinárias ocorrida em 31 de janeiro de 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão. Para maiores informações vide nota explicativa n. 3.a). Adicionalmente, a Sociedade incorreu em custos na emissão das ações no montante de R\$ 2.260, reduzindo o valor da reserva.

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 3.329.649 em 2015 e (R\$ 2.772.527 em 2014).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de compromissos firmes de taxa de câmbio designados como *hedge* de fluxo de caixa, são contabilizados no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa		Valor justo de aplicações financeiras	disponíveis para venda	Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego
Em 2013	-	5	5.423	5.428	38.076
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de hedge de investimentos	-	-	-	-	5.116
Varição de valor justo	-	46	-	46	-
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	2.538	2.538	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(863)	(863)	-
Em 2014	-	51	7.098	7.149	43.192
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de hedge de investimentos	-	-	-	-	23.733
Varição de valor justo	6.261	1.472	-	7.733	-
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	6.321	6.321	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(2.250)	(2.250)	-
Em 2015	6.261	1.523	11.169	18.953	66.925

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 389.164 (R\$ 0,71 – setenta e um centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, pagos a partir de 13 de março de 2015, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2015. Em 5 de agosto de 2015, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2015, no montante de R\$ 436.842 (R\$ 0,80 – oitenta centavos de Real por ação), pagos a partir de 21 de agosto de 2015. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 434.467 (R\$ 0,80

– oitenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2016, e serão pagos a partir de 4 de março de 2016.

A proposta de dividendos reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	2015
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	1.503.466
Reserva legal	(75.173)
Lucro líquido do exercício após reserva legal	1.428.293
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	714.147
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,80 por ação	(436.842)
Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	277.305
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	157.162
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,80 por ação	434.467
Reserva estatutária para investimentos	556.984

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.48 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	2015	2014
Receita de vendas bruta	77.463.652	69.088.648
Receita de serviços prestados bruta	568.556	578.205
Impostos sobre vendas	(2.011.860)	(1.628.483)
Devoluções e abatimentos	(360.777)	(302.915)
Receita diferida (vide nota explicativa n. 21)	(4.297)	843
Receita líquida de vendas e serviços	<u>75.655.274</u>	<u>67.736.298</u>

E.49 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2015	2014
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	67.763.793	61.308.509
Gastos com pessoal	1.950.776	1.619.830
Frete e armazenagens	1.134.388	1.003.462
Depreciação e amortização	1.002.647	887.827
Propaganda e marketing	177.336	182.674
Serviços prestados por terceiros	255.750	223.632
Aluguel de imóveis e equipamentos	143.677	122.130
Outras despesas	343.237	245.529
Total	<u>72.771.604</u>	<u>65.593.593</u>

(continua)

	2015	2014
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	68.933.702	62.304.631
Despesas com vendas e comerciais	2.516.561	2.158.659
Despesas gerais e administrativas	1.321.341	1.130.303
Total	72.771.604	65.593.593

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 41.368 em 2015 (R\$ 36.956 em 2014).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.50 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2015 o resultado foi um ganho de R\$ 27.276 (ganho de R\$ 36.978 em 2014) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

E.51 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	2015	2014
Parceria comercial ⁽¹⁾	21.646	46.140
Merchandising ⁽²⁾	58.275	37.177
Programa de fidelidade ⁽³⁾	22.455	13.305
Ajuste de capital de giro e dívida líquida – aquisição		
Extrafarma (vide nota explicativa n. 3.a)	13.784	-
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos (vide nota explicativa n. 32)	(92.192)	-
Indenização uso indevido de marca Ultratecno	16.000	-
Outros	10.616	10.292
Outros resultados operacionais, líquidos	50.584	106.914

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.52 Resultado financeiro

Receitas financeiras:	175.391	131.852	341.739	298.977
Juros sobre aplicações financeiras	-	-	81.374	63.090
Juros de clientes	7	37	3.316	3.942
Outras receitas	175.398	131.889	426.429	366.009
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(666.791)	(526.707)
Juros sobre debêntures	(113.562)	(97.540)	(308.290)	(255.419)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(4.023)	(5.883)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(829)	3.411	(46.966)	(20.512)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(71.384)	(1.365)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa n. 3.a)	(21.154)	(649)	(21.154)	(649)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(24)	(17)	(11.159)	(881)
	(135.596)	(94.795)	(1.129.767)	(811.416)
Resultado financeiro, líquido	39.829	37.094	(703.338)	(445.407)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.53 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui bônus de subscrição e plano de remuneração em ações, conforme mencionados nas notas explicativas ns. 3.a) e 8.c), respectivamente.

Lucro básico por ação	2015	2014
Lucro líquido da Sociedade	1.503.466	1.241.563
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	543.775	545.679
Lucro básico por ação - R\$	2,7649	2,2753
Lucro diluído por ação	2015	2014
Lucro líquido da Sociedade	1.503.466	1.241.563
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	548.054	549.552
Lucro diluído por ação - R\$	2,7433	2,2592
Média ponderada das ações (em milhares)	2015	2014
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação: Efeito da diluição	543.775	545.679
Bônus de subscrição	2.161	1.832
Usufruto de ações	2.118	2.041
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	548.054	549.552

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.54 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e, a partir de 31 de janeiro de 2014, drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para graneis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do país. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Amapá, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e São Paulo. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	2015	2014
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	4.621.242	4.091.273
Ipiranga	65.349.812	58.830.055
Oxiten	4.082.479	3.413.620
Ultracargo	315.510	346.477
Extrafarma	1.336.255	1.101.310(1)
Outros ⁽²⁾	45.244	40.005
Vendas entre segmentos	(95.268)	(86.442)
Total	75.655.274	67.736.298
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.027	3.222
Ipiranga	-	-
Oxiten	2.576	1.459
Ultracargo	44.395	41.998
Extrafarma	-	-
Outros (2)	45.270	39.763
Total	95.268	86.442

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2015	2014
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	4.618.215	4.088.051
Ipiranga	65.349.786	58.830.055
Oxitenó	4.079.903	3.412.161
Ultracargo	271.115	304.479
Extrafarma	1.336.255	1.101.310(1)
Outros ⁽²⁾	-	242
Total	75.655.274	67.736.298
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	213.895	168.964
Ipiranga	2.154.606	1.700.879
Oxitenó	579.541	264.246
Ultracargo	(16.058)	117.339
Extrafarma	4.985	16.946(1)
Outros ⁽²⁾	24.561	18.223
Total	2.961.530	2.286.597
Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	(55)	165
Ipiranga	(21.779)	(17.772)
Oxitenó	2.003	987
Ultracargo	699	181
Outros ⁽²⁾	8.248	(50)
Total	(10.884)	(16.489)
Receitas financeiras	426.429	366.009
Despesas financeiras	(1.129.767)	(811.416)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.247.308	1.824.701

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2015	2014
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	251.463	214.305
Ipiranga	921.634	880.502
Oxitenó	136.314	115.986
Ultracargo	24.463	28.565
Extrafarma	80.813	57.188(1)
Outros ⁽²⁾	24.248	27.813
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas ns. 12 e 13)	1.438.935	1.324.359
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa n. 19)	(625)	(709)
Juros capitalizados	(25.207)	(8.833)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.413.103	1.314.817

	2015	2014
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	143.207	136.413
Ipiranga	612.727	528.987
Oxitenó	158.261	138.501
Ultracargo	41.668	49.372
Extrafarma	23.744	12.843(1)
Outros ⁽²⁾	23.040	21.711
Total	1.002.647	887.827

	2015	2014
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.195.314	2.701.673
Ipiranga	11.292.350	9.138.758
Oxitenó	4.148.716	4.229.501
Ultracargo	1.283.613	1.382.969
Extrafarma	1.570.024	602.409
Outros ⁽²⁾	476.032	1.425.072
Total	20.966.049	19.480.382

⁽¹⁾ Informações referentes ao período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

⁽²⁾ A linha "Outros" é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos ("Serma") e Imaven Imóveis Ltda.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxitenó no exterior, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Estados Unidos (1)	201.286	137.470
México (1)	140.759	107.554
Uruguai (1)	79.408	55.855
Venezuela	4.364	18.763

⁽¹⁾ O aumento do imobilizado e intangível em 2015 se deve substancialmente à desvalorização do Real frente às moedas funcionais das controladas sediadas no exterior utilizada na conversão das informações.

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Receita líquida das vendas:		
Brasil	74.337.803	66.798.903
México	215.141	138.651
Venezuela	158.020	73.390
Uruguai	37.938	32.293
Outros países da América Latina	392.748	324.612
Estados Unidos e Canadá	166.277	152.384
Extremo Oriente	190.160	58.684
Europa	101.931	89.370
Outros	55.256	68.011
Total	75.655.274	67.736.298

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.55 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A **execução** da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A **supervisão e monitoramento** do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e

Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 2015 e 2014:

Ativos e passivos em moeda estrangeira	2015	2014
Ativos em moeda estrangeira	147,8	594,9
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	188,8	190,3
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	611,4	507,3

(continua)

Ativos e passivos em moeda estrangeira	2015	2014
	948,0	1.292,5
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(2.630,3)	(1.867,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(64,4)	(70,6)
	(2.694,7)	(1.937,8)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	2.667,2	783,3
Posição líquida ativa – total	920,5	138,0

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela a seguir demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R\$ 920,5 milhões em moeda estrangeira:

	Risco	Cenário I 10%	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(7,7)	(19,4)	(38,7)
(2) Efeito no patrimônio líquido		99,8	249,5	499,0
(1) + (2)	Efeito	92,1	230,1	460,3
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	7,7	19,4	38,7
(4) Efeito no patrimônio líquido		(99,8)	(249,5)	(499,0)
(3) + (4)	Efeito	(92,1)	(230,1)	(460,3)

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas ns. 2.r e 22.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa n. 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa n. 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 2015 e 2014:

	Nota explicativa	2015	2014
CDI			
Equivalentes de caixa	4	2.497,9	2.690,6
Aplicações financeiras	4	30,6	902,7
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	30	801,6	114,2
Financiamentos e debêntures	14	(5.520,9)	(5.157,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	30	(2.225,1)	(749,6)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	30	(27,8)	(486,1)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(4.443,7)</u>	<u>(2.686,1)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(420,8)	(540,5)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(420,8)</u>	<u>(540,5)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	30	1.364,4	761,8
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(1.587,1)	(814,3)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(222,7)</u>	<u>(52,5)</u>
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	(27,1)	(32,3)
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(27,1)</u>	<u>(32,3)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	(30,9)	-
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(30,9)</u>	-
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		(5.145,2)	(3.311,4)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela a seguir demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 2015, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

		Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Risco	10%	25%	50%
Exposição a juros flutuantes				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	33,6	84,0	168,1
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	2,1	5,2	10,4
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(71,1)	(177,7)	(355,4)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(20,1)	(50,1)	(100,1)
Despesa incremental		(55,5)	(138,6)	(277,0)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(3,0)	(7,4)	(14,8)
Despesa incremental		(3,0)	(7,4)	(14,8)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,3	0,7	1,5
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(0,4)	(0,9)	(1,9)
Despesa incremental		(0,1)	(0,2)	(0,4)
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	(0,1)	(0,3)	(0,7)
Despesa incremental		(0,1)	(0,3)	(0,7)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,2)	(0,4)	(0,8)
Despesa incremental		(0,2)	(0,4)	(0,8)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	2015	2014
Ipiranga	151.921	136.104
Ultragaz	28.136	24.140
Oxitenó	12.412	4.522
Extrafarma	5.376	11.067
Ultracargo	2.971	2.611
Total	200.816	178.444

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de *joint ventures*, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.515,7 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2016 totaliza R\$ 1.809 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.506,2 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas ns. 4 e 14).

A tabela a seguir apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de dezembro de 2015 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	11.111,8	1.515,7	7.578,1	1.949,1	68,9
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	369,7	184,6	185,1	-	-
Fornecedores	1.460,5	1.460,5	-	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 16,4%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,18 em 2016, R\$ 4,67 em 2017, R\$ 5,25 em 2018, R\$ 5,90 em 2019 e R\$ 6,64 em 2020, (iii) TJLP de 7,0% e (iv) IGP-M de 7,3% em 2016, 6,5% em 2017, 6,3% em 2018, 6,3% em 2019 e 6,3% em 2020 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2015, e na curva futura de LIBOR (ICE – IntercontinentalExchange) em 31 de dezembro de 2015. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / Lajida, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa n. 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa n. 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas

utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela a seguir sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Instrumentos de proteção	contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo		valor a receber	Valor a pagar
			2015	2014	2015	2014		2015
					R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU,		US\$ 350,0	US\$ 290,0	1.364,4	761,8	1.364,4	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	Itaú, JP Morgan,	jan/2016 a nov/2018	US\$ 334,5	US\$ 50,6	1.335,1	136,6	1.335,1	-
Passivo em taxa de juros CDI	Santander, Scotiabank		US\$ (684,5)	US\$ (340,6)	(2.225,1)	(749,1)	-	2.225,1
Resultado acumulado			-	-	474,4	149,3	2.699,5	2.225,1
b.1 e b.2 – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank,	jan/2016 a mar/2016	US\$ 7,9	US\$ 42,9	30,6	114,2	30,6	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)	Itaú, Santander		US\$ (7,9)	US\$ (42,9)	(32,3)	(115,6)	-	32,3
Resultado acumulado			-	-	(1,7)	(1,4)	30,6	32,3
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré-fixada			R\$ 27,5	R\$ 327,5	27,4	532,0	27,4	
Passivo em taxa de juros CDI	Itaú	mar/2016 a ago/2016	R\$ (27,5)	R\$ (327,5)	(27,8)	(486,1)	-	-27,8
Resultado acumulado			-	-	(0,4)	45,9	27,4	27,8
d – Swaps cambiais ativos em euros								
Ativos em euro (Pré)			-	€ 0,2	-	0,5	-	-
Passivo em taxa de juros CDI	-	-	-	€ (0,2)	-	(0,5)	-	-
Resultado acumulado			-	-	-	-	-	-

Instrumentos de proteção	contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo		valor a receber	Valor a pagar
			2015	2014	2015	2014		2015
					R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Resultado acumulado total bruto					472,3	193,8	2.757,5	2.285,2
Imposto de renda					(86,0)	(36,7)	(86,0)	-
Resultado acumulado total líquido					386,3	157,1	2.671,5	2.285,2
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa n. 4)					433,7	164,5		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa n. 14)					(47,4)	(7,4)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações anteriores foram devidamente registradas na CETIP SA.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2015, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

- a. Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 684,5 milhões de principal com posição passiva, na média a 95,7% do CDI, sendo US\$ 334,5 milhões, com posição ativa a US\$ + 1,31% a.a. e US\$ 350,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 0,85% a.a. Deste total, US\$ 440,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas ns. 14.c e Contabilidade de *hedge* a seguir) e US\$ 151,4 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes (vide Contabilidade de *hedge* a seguir).

- b.1 Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno SA e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2015, estes

contratos de *swap* totalizavam US\$ 7,9 milhões e tinham na média uma posição ativa a 75,7% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

- b.2** Proteção à exposição cambial dos investimentos líquidos em entidades no exterior – O objetivo destes contratos é minimizar o efeito da variação cambial dos investimentos em controladas no exterior realizados em moeda funcional diferente da Sociedade, transformando-os em investimentos em Reais. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas não possuíam contratos em aberto.
- c.** Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 31 de dezembro de 2015 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 27,5 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 8,0% a.a. e passiva a 88,8% do CDI.
- d.** Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira – O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em euro, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas não possuíam contratos em aberto.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 440,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2015, uma receita de R\$ 285,3 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 4,6 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 403,2 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 102,5% do CDI (vide nota explicativa n. 14.c.1).

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 151,4 milhões, sendo reconhecida no resultado em 2015 uma receita de R\$ 120,2 milhões, restando um saldo acumulado em Outros resultados abrangentes de R\$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real era zero, sendo reconhecida no resultado em 2015 uma despesa de R\$ 31,3 milhões. Os efeitos da variação cambial do investimento e do instrumento de proteção se compensaram no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 27,5 milhões de valor *nocional* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2015 uma receita de R\$ 2,0 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 0,9 milhão referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 25,0 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 88,8% do CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas a seguir sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado em 2015 e de 2014 da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	2015	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(143,1)	6,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(2,2)	(31,3)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	1,1	-
Total	(144,2)	(25,0)
	R\$ milhões	
	2014	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(51,2)	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	6,6	(7,3)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	13,3	-
Total	(31,3)	(7,3)

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	2015		2014		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.016	192.016	133.296	133.296
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.497.903	2.497.903	2.690.638	2.690.638
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	12.974	12.974	3.435	3.435
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	790.969	790.969	892.065	892.065
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	35.013	35.013	505.574	505.574
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mantidos até o vencimento	4	433.669	433.669	164.496	164.496
Total			3.973.162	3.973.162	4.400.122	4.400.122
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.715.405	1.715.405	1.132.644	1.132.644
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.846.649	4.846.649	4.904.248	4.904.248
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.246.215	2.246.215	2.283.852	2.283.852
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	45.894	45.894	47.044	47.044
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	47.445	47.445	7.424	7.424
Bônus de subscrição – indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	112.233	112.233	92.072	92.072
Total			9.013.841	8.840.468	8.467.284	8.438.542

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG em 2014 foi utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo. Em 2015 as notas foram liquidadas no seu vencimento (vide nota explicativa n. 14.b).

Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2015 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 3.070.106 ações. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por

meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa n. 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa n. 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa n. 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa n. 3.a). As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas em 2015 e 2014:

	Categoria	Nota explicativa	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.016	192.016	-	-
Título de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.497.903	2.497.903	-	-
Título de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	12.974	12.974	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	790.969	790.969	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	35.013	25.615	9.389	-

(continua)

(continuação)

	Categoria	Nota explicativa	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	433.669	-	433.669	-
Total			3.973.162	3.530.095	443.067	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.715.405	-	1.715.405	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.686.178	-	4.686.178	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.233.313	-	2.233.313	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	45.894	-	45.894	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	47.445	-	47.445	-
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3. a	112.233	-	112.233	-
Total			8.840.468		8.840.468	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	Nota explicativa	2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						-
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	133.296	133.296	-	-
Título de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.690.638	2.690.638	-	-
Título de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.435	3.435	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	892.065	892.065	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	505.574	146.782	358.792	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	164.496	-	164.496	-
Total			4.400.122	3.876.834	523.288	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.132.644	-	1.132.644	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.878.005	707.281	4.170.724	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.281.353	-	2.281.353	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	47.044	-	47.044	-

(continua)

(continuação)

	Categoria	Nota explicativa	2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	7.424	-	7.424	-
Bônus de subscrição - indenezação	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3. a	92.072	-	92.072	-
Total			8.438.542	707.281	7.731.261	-

⁽¹⁾ Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM n. 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,49 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2015, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2015 em cada um dos três cenários. A tabela a seguir demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	578.420	1.392.762	2.207.105
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(578.426)	(1.392.789)	(2.207.152)
(1)+(2)	Efeito líquido	(6)	(27)	(47)
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(728)	7.189	15.107
(4) Margem bruta da Oxitenio		728	(7.189)	(15.107)

(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-
---------	----------------	---	---	---

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2015 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela a seguir:

Swap de taxa de juros (em Reais)		Risco	Cenário I (Provável)	
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	250	553
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(250)	(553)
(1)+(2)	Efeito líquido	-	-	-

E.56 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela a seguir:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2015, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem SA, que estabelece consumo anual mínimo de eteno, apurado trimestralmente, e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra previa em 2015 um consumo anual mínimo de 190 mil toneladas e máximo de 205 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. O compromisso mínimo de compra para o 4º trimestre de 2015 foi revisto para adequação dos interesses da Braskem SA e da controlada Oxiteno Nordeste, não havendo pendências.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em toneladas de eteno	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	2015	2014	2015	2014
1º trimestre	37.743	52.048	44.352	52.196
2º trimestre	46.596	48.450	51.112	48.450
3º trimestre	47.890	51.225	48.507	51.225
4º trimestre	47.890	53.353	41.950	53.353
Total	180.119	205.076	185.921	205.224

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem SA durante os períodos.

A controlada Oxiteno SA possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem SA, com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Em acordo com a Braskem SA, no 1.º semestre de 2015 foi considerado o volume de eteno adquirido conjuntamente pela Oxiteno SA e Oxiteno Nordeste para fins de compromisso mínimo de compra. Desta forma, a controlada cumpriu os limites mínimos de compra do contrato.

Em toneladas de eteno	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	2015	2014	2015	2014
1º semestre	20.101	22.050	17.669	22.085
2º semestre	17.376	17.017	19.482	17.169
Total	37.477	39.067	37.151	39.254

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem SA durante os períodos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxitenó	US\$ 1.062
Ipiranga	R\$ 769
Ultracargo	R\$ 550
Ultragaz	R\$ 300
Extrafarma	R\$ 125

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Tequimar, Serma e Oxitenó SA mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de

comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2015	19.212	29.319	-	48.531

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2015	a pagar	95.476	271.286	140.179	506.941
	a receber	(48.913)	(150.594)	(73.221)	(272.728)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 2015, foi R\$ 100.522 (R\$ 72.969 em 2014).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

E.57 Ultracargo - incêndio em Santos

Em 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenamento operadas pela Ultracargo em Santos, no Estado de São Paulo, sofreu um incêndio de nove dias que se espalhou em seis tanques de etanol e gasolina. Os seis tanques representavam 4% da capacidade total da Ultracargo no Brasil em 31 de dezembro de 2014. Não houve vítimas e a causa do acidente e seus impactos ainda estão sendo investigados, incluindo a extensão das perdas operacionais, danos aos ativos, potenciais danos ambientais (vide nota explicativa n. 20.b.2.2) e outros passivos e danos à sua reputação. A Sociedade mantém apólices de seguro para cobrir determinados riscos que suas controladas estão expostas (vide nota explicativa n. 31.b).

Em 9 de abril de 2015, a Prefeitura Municipal de Santos suspendeu as atividades da Ultracargo naquela cidade. As operações da Ultracargo em Santos compreendem duas áreas separadas. Em 27 de abril de 2015 foi publicada no Diário Oficial de Santos, autorização dada pela Prefeitura Municipal de Santos para a Ultracargo retomar as atividades na área não afetada pelo acidente. As operações ainda suspensas correspondem a 185 mil metros cúbicos de capacidade, ou 22,5% da capacidade total da Ultracargo no Brasil.

A Ultracargo finalizou a elaboração do plano de descomissionamento, que consiste na retirada dos equipamentos e estruturas da parte do terminal atingido pelo incêndio, e

o submeteu à aprovação das autoridades competentes. Este processo irá permitir que os peritos do Instituto de Criminalística finalizem os trabalhos de investigação para apurar as causas do incidente.

E.58 Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Ultrapar Participações SA

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações SA (“Sociedade”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

E.58.1 Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRSs), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

E.58.2 Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estima-

tivas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

E.58.3 Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ultrapar Participações SA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRSs emitidas pelo IASB.

E.58.4 Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC n. 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco

Contador

CRC n. 1 SP 138635/O-2

E.59 Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações SA, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 17 de fevereiro de 2016, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2016.

Flavio César Maia Luz

Mario Probst

Jânio Carlos Endo Macedo

E.60 Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações SA (Ultrapar), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2016. Thilo Mannhardt

Diretor-Presidente

André Pires de Oliveira Dias

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores André Covre

Diretor Superintendente – Extrafarma João Benjamin Parolin

Diretor Superintendente – Oxiteno Leocadio Almeida Antunes Filho
Diretor Superintendente – Ipiranga Pedro Jorge Filho

Diretor Superintendente – Ultragas Ricardo Isaac Catran

Diretor Superintendente – Ultracargo

E.61 Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações SA (Ultrapar), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2016. Thilo Mannhardt

Diretor-Presidente

André Pires de Oliveira Dias

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores André Covre

Diretor Superintendente – Extrafarma João Benjamin Parolin

Diretor Superintendente – Oxiteno Leocadio Almeida Antunes Filho
Diretor Superintendente – Ipiranga Pedro Jorge Filho

Diretor Superintendente – Ultragas Ricardo Isaac Catran

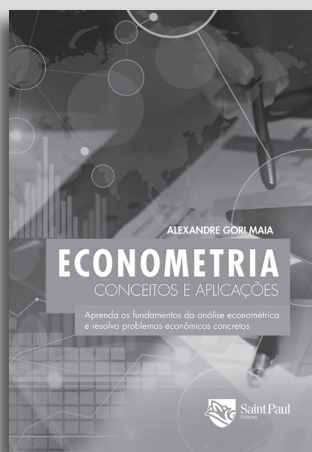
Diretor Superintendente – Ultracargo



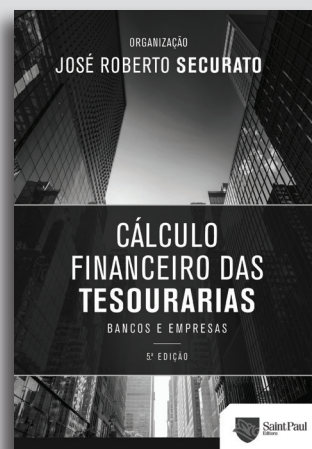
Saint Paul
Editora

Conteúdo em Administração,
Contabilidade e Economia

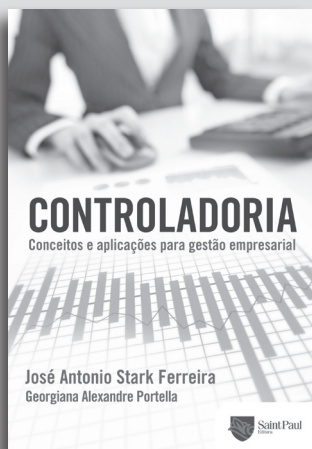
CONFIRA OUTROS TÍTULOS DA SAINT PAUL EDITORA



ECONOMETRIA
CONCEITOS E APLICAÇÕES
Alexandre Gori Maia



CÁLCULO
FINANCEIRO DAS
TESOURARIAS
BANCOS E EMPRESAS
José Roberto Securato



CONTROLADORIA
CONCEITOS E APLICAÇÕES
PARA GESTÃO EMPRESARIAL
José Antonio Stark Ferreira e
Georgiana Alexandre Portella



Quer adotar este livro em aula?
Entre em contato:
EDITORA@SAINTPAUL.COM.BR



VISITE NOSSO SITE:
www.saintpaul.com.br/EDITORA